



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS: -----

----- Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte seis, realizou-se no Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Fornalhas Velhas, na freguesia de Vale de Santiago, a primeira reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Tânia Patrícia Pacheco dos Santos (Primeira Secretária) e pelo Senhor Joel Filipe da Silva Bernardino (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo vigésimo segundo do Regimento deste Órgão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Apreciação da Suspensão de Mandato pelo período de seis meses da Eleita pelo Partido Socialista, Ana Luísa Dias Baleia. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação e aprovação das Atas.-----

-----**a)** da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de abril de 2026; --- -----

-----**b)** da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de abril de 2026. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de Expediente.-----

----- **Ponto quatro:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** 5ª Alteração Orçamental: apreciação e deliberação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----**Ponto dois:** Primeiro Aditamento ao Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Odemira e a Freguesia de Vale de Santiago: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto três:** Acordo de Execução entre o Município de Odemira e a Freguesia de Bicos: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto quatro:** Acordo de Execução para a Beneficiação da Zona Pedonal e de Lazer junto à EM 262 em Bicos: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto cinco:** Atribuição de Medalha Municipal de Mérito ao Senhor Deodato Inácio dos Santos: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto seis:** Atribuição de Medalha Municipal de Mérito ao Senhor António Manuel Nobre Louçã: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto sete:** Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: apreciação.-----

-----**ABERTURA DA REUNIÃO**-----

-----Compareceram a esta Sessão trinta e três Membros, a saber: Ana Catarina de Figueiredo Barata, Arménio Guerreiro Simão, Cláudia Patrícia do Rosário Loução, Cláudia Sofia Ludovino Matos Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Fernando André Alves da Silva, Fernando José Romão da Silva Valério, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Filomena de Jesus Raposo Pacheco, Francisco Manuel Silva Martins, Gonçalo Lourenço Palhinhas, Hugo Manuel Cerejo Felgueiras Mendonça, Inês Filipa Lebres Hilário, Inês Sofia Sobral da Palma, Jaime Manuel Afonso Gonçalves, João Pedro Guerreiro Costa Vilhena, João Pedro Vilhena Mira, Joel Filipe da Silva Bernardino, Manuel Inácio Dias Pereira, Margarida Percheiro Viana Joaquim, Maria Teresa Barreiros da Costa Campos Gaspar, Maria Teresa Marque da Silva Nabais, Miguel Porfírio Soares dos Reis, Nuno Góis da Costa Nogueira, Pedro Alexandre Rodrigues Teixeira, Ricardo Jorge Ruas Cesário, Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa, Rui Miguel Martins Dias, Sandra Leonor de Oliveira Duarte, Sónia Maria da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Costa José Domingos, Tânia Patrícia Pacheco dos Santos, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, e Vera Lúcia Montes Raposo. -----

----- Não estiveram presentes na referida sessão: Manuel de Jesus Campos e Miguel Forte Prista Monteiro.-----

----- Sendo a presente reunião realizada na freguesia de Vale de Santiago, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou para a mesa a Senhora Inês Sofia Sobral da Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas: -----

----- - à Senhora Filomena de Jesus Raposo Pacheco, Secretária da Junta de Freguesia de Longueira/Almograve, que se encontrava a substituir o Senhor Manuel Jorge Teles Nunes Lopes, Presidente daquela Junta de Freguesia. -----

----- Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e dezassete minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Hélder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Raquel Alexandra Lourenço Vicente e Silva e Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Manuel José Cardoso Matias, Vereador eleito pelo Partido CHEGA; e Ana Isabel Lopes Guerreiro Cortes, Vereadora eleita pela AD – Coligação PSD/CDS-PP.-----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores, verificou-se que se registaram faltas injustificadas dos Senhores João Paulo Ramos da Silve e Rui Miguel Martins Dias na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e vinte e seis; e do Senhor João Paulo Ramos da Silva na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de abril do corrente ano.-----

----- De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, fez a seguinte intervenção: “Queria dar-vos conhecimento do seguinte: renunciou ao mandato o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Rodrigo António Penetra Zacarias, que se candidatou pelo Partido Socialista, tendo sido substituído pela deputada Sandra Leonor de Oliveira Duarte. -----

-----Do Partido Socialista, renunciou também ao mandato o senhor Dinis Manuel de Campos Nobre.-----

-----Tivemos também a renúncia do senhor João Paulo Ramos da Silva, que se tinha tornado deputado efetivo da bancada do CHEGA. Contactámos o membro seguinte da lista do CHEGA, o senhor José Marcos Valentim Ribeiro da Silva, que também renunciou ao mandato. Contactámos, posteriormente, a senhora Maria João Campos Santos Marques Silva, que também renunciou ao mandato. Em seguida, contactámos o membro seguinte da lista, o senhor Duarte Gomes Costa Marques Pereira, que renunciou ao mandato. Depois, contactámos a senhora Maria Luísa Marques da Silva, que renunciou ao mandato. Posteriormente, contactámos a senhora Ana Rita Oliveira Afonso, que apresentou a sua renúncia. Finalmente, depois de seguirmos a lista, entrámos em contacto com o senhor Miguel Porfírio Soares dos Reis, que, após ter tomado posse, se tornou membro efetivo da bancada do CHEGA.” -----

-----Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Inês Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago. -----

-----Interveio a Senhora Inês Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, que disse o seguinte: “Então, muito boa noite a todos e a todas. É um enorme prazer receber-vos hoje aqui na minha freguesia. -----

-----Gostava de cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os membros da Assembleia, o público aqui presente e o público que, futuramente, nos estará a acompanhar a partir de casa. -----

-----Gostava de agradecer à Associação do Centro Sociocultural das Fornalhas Velhas pela ajuda prestada e pela disponibilização do espaço, dos materiais e dos equipamentos necessários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

para que esta Assembleia fosse possível, e também à Associação de Caçadores, por alguns dos materiais que estamos aqui a utilizar. E, como é óbvio, agradecer também à equipa que fez parte de toda esta logística e que organizou o espaço. -----

----- Entretanto, tenho aqui algumas questões para colocar ao senhor Presidente. -----

----- Para quando uma intervenção no Caminho Municipal 1109, que é o caminho junto ao cemitério de Vale de Santiago, que liga à Estrada Nacional 263? -----

----- Para quando a execução da rede de esgotos do Bairro dos Pinheiros, em Vale de Santiago? -----

----- Se existe algum projeto para os edifícios degradados, que estão, neste momento, em ruínas. -- -----

----- Quando é que será feito o levantamento dos monos que se encontram no aterro, ou no lixão, da Junta de Freguesia? -----

----- Uma questão relacionada com a legalização dos terrenos de Fornalhas Velhas: qual é a data prevista para a demolição da padaria de Fornalhas Velhas, edifício número cinquenta e nove. E, aproveitando aqui a demolição, gostava de lhe fazer uma proposta: que tal tornarmos aquele espaço agradável para todos, colocando lá um relvado, umas mesas de piquenique, uns canteiros e umas sombras, para o transformar num espaço de lazer para a nossa população poder usufruir?-----

----- Qual é o ponto de situação da ETAR do Matadouro do Litoral Alentejano? -----

----- Se, neste momento, o projeto da Área de Fixação de Empresas de Fornalhas Velhas está a avançar e qual é a previsão do mesmo, visto que este foi integrado no PPI. E, aproveitando também aqui uma possível expansão desta Área de Fixação de Empresas, talvez a criação de uns lotes em Fornalhas Velhas para possíveis moradores que venham a trabalhar nas empresas que cá estão situadas.”-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que referiu o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

seguinte: -----

----- - relativamente ao Caminho Municipal 1109, referiu que se tratava de uma via que se encontrava bastante degradada e que necessitava de uma intervenção, a qual deveria ser articulada com a Câmara Municipal de Ourique. Informou que, à data, não existia qualquer projeto previsto para essa intervenção e esclareceu que o empréstimo contraído para a reabilitação de caminhos e estradas municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, não contemplava o Caminho Municipal 1109. -----

-----Acrescentou que, para que fosse possível realizar a intervenção necessária, seria provavelmente integrada essa obra num conjunto mais alargado de intervenções, incluindo a Estrada do Pereiro Grande, a estrada para a Corte Malhão, a estrada para Pereiras-Gare e, em especial, a Estrada Municipal 501, que considerou ser a via que exigia um maior investimento, por ter ficado significativamente degradada na sequência das intempéries. -----

----- Referiu que existia a expectativa de que não viesse a ser necessário recorrer ao crédito para realizar aquelas intervenções, caso o financiamento no âmbito do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência permitisse a sua execução. -----

-----Acrescentou que, caso esse financiamento se concretizasse, considerava ser possível realizar as intervenções ainda durante o mandato. Contudo, esclareceu que, se tal financiamento não viesse a ser aprovado, o Município teria de recorrer às suas próprias equipas, realizando apenas intervenções de carácter provisório.-----

----- - quanto à rede de esgotos, reconheceu que se tratava de uma proposta antiga, mas que, de facto, ainda não estava resolvida. Informou que a situação tinha alguma complexidade técnica e que, provavelmente, teria de levar uma elevatória mais abaixo, sendo que, para levar uma elevatória, era necessária energia. -----

-----Acrescentou que o projeto ainda não estava feito e que, portanto, aquela questão teria de ser analisada num futuro próximo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- - relativamente aos edifícios degradados, referiu que existiam, de facto, bastantes edifícios nessa situação. Informou que a prioridade do Município tinha sido dada a alguns edifícios que tinha adquirido, nomeadamente em Vale de Santiago, para os quais já tinham sido elaborados projetos, com o objetivo de os candidatar, no âmbito do Fundo para a Transição Justa, permitindo criar, à partida, duas ou três possibilidades de habitação. -----

----- - quanto aos monos, referiu que não sabia da situação e que iria verificar a mesma junto da Divisão responsável. -----

----- - relativamente aos terrenos nas Fornalhas Velhas, referiu que já tinha sido iniciado um processo de negociação, considerando que este caso lhe parecia mais complexo do que propriamente o de Bicos, uma vez que envolvia efetivamente uma componente relacionada com a existência de um proprietário. -----

----- Acrescentou que a perspetiva do Município era que, com a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), cujo processo de discussão pública tinha sido aprovado e decorreria durante, pelo menos, noventa dias, fosse facilitada a resolução daquele problema. Esclareceu que a revisão do PDM permitiria simplificar os processos de destaque, tendo em conta que aquele aglomerado passaria finalmente a ser considerado como tal, possibilitando a definição simples de terreno urbano e a consequente passagem da propriedade rústica para urbana, permitindo desenvolver o trabalho de forma mais célere. -----

----- - relativamente à padaria, referiu que não existia qualquer data prevista para a demolição do edifício, mas considerou que a ideia apresentada era interessante, tendo em conta que o edifício se localizava numa zona central da aldeia e que, após a sua resolução, poderia vir a constituir um espaço público. -----

----- - quanto à ETAR do Matadouro, referiu que aquela infraestrutura, neste momento, não servia apenas o Matadouro, mas também a outra empresa que se encontrava instalada naquele local.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Informou que aquela seria igualmente a ETAR que serviria toda a área de acolhimento empresarial das Fornalhas, a qual, por princípio e no futuro próximo, teria vários desenvolvimentos. Acrescentou que o Município tinha incluído aquela intervenção em PPI e que a sua expectativa era que, brevemente, fosse lançado o concurso para a área de acolhimento de empresas das Fornalhas e de Colos. -----

-----Informou que aquilo que tinha sido possível concretizar até ao momento tinha sido a definição do tipo de tratamento necessário para aquela infraestrutura, encontrando-se, nessa fase, em elaboração o projeto correspondente. -----

-----Esclareceu que o processo tinha passado por duas fases, sendo que a primeira consistiu na definição, tendo em conta o objetivo pretendido, do tipo de tratamento que deveria ser adotado para aquela ETAR, estando essa questão já definida. Referiu que, a partir dessa definição, seria elaborado o projeto necessário, explicando que, apesar de poder parecer um processo estranho, teria de ser desenvolvido dessa forma. Informou ainda que o projeto teria de estar concluído até setembro ou outubro, no limite até novembro, de forma a permitir a apresentação de uma candidatura a um aviso aberto no Programa Sustentabilidade, que possibilitaria a candidatura da ETAR. -----

----- relativamente à habitação, referiu que a criação de emprego implicaria também necessidades habitacionais e que seria necessário aguardar pelos resultados da discussão do PDM, uma vez que este poderia permitir soluções em vários locais. -----

----- Por último, esclareceu que, naquele espaço, a possibilidade de criação de habitação teria de ser analisada tendo em conta que o previsto no PDM era a utilização da área como zona de acolhimento empresarial, não estando definida como uma solução mista. Referiu, por isso, que seria necessário encontrar soluções de habitação nas Fornalhas e no Vale de Santiago, de forma a responder às necessidades que viessem a surgir.-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções do(a)s seguintes munícipes: -----

----- 1. Senhor Pedro Gonçalves, residente em Colos, que na sua intervenção referiu o seguinte: “Eu trago aqui dois assuntos. O primeiro tem a ver diretamente com Colos, onde eu vivo. O Município tem lá um edifício devoluto que, atualmente, já se pode dizer que é uma ruína, há mais de trinta anos. Tem ido caindo e, quando houve as tempestades neste inverno, caiu mais um belo bocado. O Município derrubou o que estava mesmo a atrapalhar, ficou metade do edifício, a estrada ficou cortada e a rua está cortada desde essa altura. -----

----- Provavelmente, aquele edifício será destinado a algo da Cruz Vermelha, que ainda não está aprovado e que não tem todos os parceiros. Portanto, podemos dizer, sem grandes falhas, que dentro de dois ou três anos não vai acontecer nada naquele edifício. Mas a rua não vai ficar cortada este tempo todo, pois não?-----

----- A outra questão tem a ver com as camionetas da carreira para a praia. Eu trago sempre este assunto à Assembleia de junho, porque há cinco ou seis anos que somos vítimas disto. Eu sei que não é um assunto diretamente do Município, é um assunto da CIMAL, mas, da mesma forma que, no ano passado, e não sei se algum de vocês se recorda, eu disse diretamente ao Senhor Presidente, embora eu saiba que o Presidente só tinha um quinto da responsabilidade, agora digo claramente: agora já tens três quintos da culpa, porque Odemira atualmente tem uma Vice-Presidência na CIMAL. -----

----- As decisões da CIMAL são decisões da maioria, penso eu. Se a Câmara de Odemira está do lado da maioria, antes estava do lado da oposição. É que é assim: os circuitos são de Odemira para as praias, mas grande parte do concelho de Odemira não tem transporte para chegar a Odemira. Alguns de nós temos transporte de manhã, mas depois, à tarde, já não temos.

----- Portanto, o que eu pergunto diretamente é: Odemira vai continuar a permitir que a CIMAL continue a discriminar negativamente grande parte dos Odemirenses? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Já agora, e como ainda sobra algum tempo, um alerta. Esta conversa é para os Deputados. O que aconteceu aqui hoje não é expectável. Nunca tinha visto tanta gente e não haver tempo para o público falar. Pensem no que é que vamos fazer da próxima vez. Está aqui muita gente. Aparentemente, infelizmente digo eu, alentejanos somos muito poucos, mas as coisas são o que são, a participação de cada um é o que é. Agora, é importante que isso não volte a acontecer.” -----

-----2. Senhora Susana Lopes, residente em São Martinho das Amoreiras, fez a seguinte intervenção: “O meu nome é Susana Lopes, sou habitante de São Martinho das Amoreiras e venho aqui hoje em representação de um movimento de cidadãos que, em apenas três dias, já reuniu cerca de oitocentas assinaturas na nossa petição intitulada “Travar o Projeto Eólico do Mira (Galp) – Odemira Interior!” -----

-----O nosso único propósito aqui é a salvaguarda do bem comum, do património natural e da qualidade de vida da nossa comunidade. -----

-----Entrego, nesta Assembleia, a lista de assinantes e respetivos comentários de pesar, indignação e desespero das pessoas que vivem e investem no interior do nosso concelho, prevendo desde já todas as consequências nefastas que trarão ao território estes megaprojetos. --

-----Estes apelos, escritos por cidadãos nacionais e residentes estrangeiros, provam que o interior de Odemira não é um deserto industrial pronto a ser colonizado por empresas com grande influência nacional ligadas aos projetos de combustíveis fósseis, nomeadamente ao continente africano. É antes de mais, a terra onde vivemos, investimos e trabalhamos e, portanto, estamos aqui para a defender. -----

-----Por isso, em nome de todos os que assinaram esta petição e que estão profundamente preocupados com a hibridização da Central Solar de Ourique – onde dezoito dos vinte e dois aerogeradores previstos ficaram em território de Odemira – dirijo ao Executivo Municipal as seguintes perguntas diretas, para as quais exigimos uma resposta elucidativa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Considerando a enorme pressão imobiliária industrial que recai principalmente sobre São Martinho das Amoreiras, como também sobre as freguesias de Relíquias, Luzianes-Gare e Santa Clara-a-Velha por parte da Galp, e coincidindo este facto com o período em que a Câmara se encontra em elaboração interna da revisão do PDM, do novo mapa de delimitação da REN e do ultimar do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC): -----

----- A autarquia garante que não vai flexibilizar ou retirar o estatuto de proteção da REN na localização escolhida para os projetos e ao PDM para viabilizar os mesmos? -----

----- A Galp estima uma compensação de um virgula cinco milhões de euros para Odemira através do Fundo Ambiental. A Câmara tem noção de que um milhão e meio são migalhas face ao prejuízo com a desvalorização dos imóveis da população e do impacto sobre a atividade turística? Se o projeto avançar contra a vontade popular, o Executivo garante contratualmente que cem por cento desse fundo será investido exclusivamente nas freguesias afetadas? E mais importante: sabendo que a consulta pública da Proposta de Definição de Âmbito (PDA) vai abrir muito em breve no Portal Participa, o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo assumem aqui hoje o compromisso público de emitir um parecer formalmente negativo e desfavorável contra o Projeto Eólico do Mira junto da APA e da CCDR? -----

----- E termino com uma questão de profunda justiça territorial para este concelho:-----

----- Sabemos que o projeto eólico no litoral foi recusado, e todos nós aqui aplaudimos essa decisão. Foi uma vitória para o turismo e para a identidade de Vila Nova de Milfontes. Mas isso deixa-nos uma dúvida dolorosa: se o litoral teve o direito de ser salvo, o interior do concelho tem de ser sacrificado?-----

----- Os cidadãos que escolheram viver, investir e criar emprego em São Martinho, Relíquias, Luzianes ou Santa Clara são cidadãos de segunda? O nosso património natural e o nosso sossego valem menos do que o do litoral? Exigimos que a Câmara Municipal de Odemira defenda o Interior com a mesma coragem, o mesmo orgulho e a mesma firmeza com que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

defendeu o Litoral!” -----

-----3. Senhora Nina Van Dijk, residente em São Martinho das Amoreiras, que na sua intervenção referiu o seguinte: “Tenho algumas questões também em seguimento deste tema. ---

-----A Câmara Municipal já realizou a análise de conformidade deste projeto com o PDM atual e os estatutos da REN? Porque, segundo o mapa da REN atual, para a zona onde estão previstos os aerogeradores e as linhas de alta tensão que vão hibridizar esta central fotovoltaica, há áreas com risco de erosão, cabeceiras de linhas de água e áreas de máxima infiltração. -----

-----Em breve vamos ter o PDM em revisão. Prevê-se a alteração do PDM e dos estatutos da REN para esta zona, para este projeto da Galp? -----

-----Outra questão: será salvaguardada uma distância mínima entre estes aerogeradores, as torres de alta tensão e as habitações? -----

-----Outra questão: quando será possível obter as localizações exatas dos aerogeradores deste projeto? -----

-----Depois, tiveram uma reunião, obviamente, com os promotores, e a minha questão é se este projeto está, de alguma forma, relacionado com as pretensões da Galp em desenvolver o projeto Galp H2 Park. Estamos a falar de um Cachenas dois ponto zero? Foi assinado algum documento entre o Município e a Galp nesta reunião? -----

-----Esta pergunta não tem a ver com este tópico: estão previstas mais edições do Programa Gap Year “Emunicipa-te?” -----

-----4. Senhora Rita Hagelstange, residente em São Martinho das Amoreiras, fez a seguinte intervenção: “Eu gostaria de partilhar a minha situação. Eu moro no Monte Vale de Zorras há trinta anos. Estão previstas três turbinas no monte do meu vizinho. A distância até à minha casa seria entre quinhentos e mil metros. -----

-----Eu sei que não consigo viver com essa situação. Eu teria de vender o meu monte, mas ninguém compra um monte com turbinas ao lado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Para mim, é uma situação horrível!”-----

----- 5. Senhora Christa Bruns, residente em Odemira, fez a seguinte intervenção: “Boa Tarde. O meu nome é Sarah. Infelizmente não posso estar presente hoje. Agradeço de coração à Christa por ler estas palavras em meu nome e por dar voz à minha família. -----

----- Sou suíça e vivo em São Martinho, mesmo junto à fronteira com Luzianes. Há alguns anos, o meu marido e eu escolhemos este lugar para construir uma vida diferente. -----

----- Criámos uma quinta de permacultura como prova de que até uma terra degradada, marcada pela erosão e pela falta de água, pode voltar a ser fértil, abundante e cheia de vida.-----

----- Hoje vivemos dos nossos jardins, da energia solar e de um modo de vida simples e autossuficiente. Estamos a criar aqui os nossos quatro filhos – três já nasceram nesta terra e o quarto nascerá em breve. Recebemos também estudantes e visitantes de vários países que vêm aprender que existe outra forma de viver: uma forma mais resiliente, mais consciente e mais respeitadora da natureza. -----

----- Apesar da seca dos últimos anos, conseguimos regenerar o solo, melhorar a retenção de água e criar um refúgio onde a vida selvagem regressa lentamente. -----

----- Não posso estrar aqui hoje, mas era muito importante para mim que estas palavras fossem ouvidas.-----

----- O que está em causa não é apenas a nossa casa. Está em causa a forma como escolhemos cuidar da natureza. -----

----- A ideia original das energias renováveis era proteger o ambiente, viver com mais equilíbrio, consumir menos e utilizar os recursos com responsabilidade. Esse é um ideal em que continuo a acreditar. -----

----- Mas acredito também que uma solução deixa de ser verdadeiramente sustentável quando, para ser construída, exige destruir aquilo que pretende proteger.-----

----- Acredito em painéis solares nos telhados. Acredito em turbinas eólicas de pequena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

ou média dimensão, duráveis e integradas na paisagem. O que me preocupa é ver projetos cada vez maiores, justificados em nome da sustentabilidade, mas que implicam enormes movimentos de terras, que alteram profundamente a paisagem, afetam habitats naturais e mudam para sempre a vida das comunidades que aqui vivem. -----

-----Pergunto-vos: será que maior significa sempre melhor? -----

-----Talvez o maior desafio do nosso tempo não seja produzir cada vez mais energia. Talvez seja aprender a precisar de menos. -----

-----É possível produzir energia limpa sem destruir paisagens únicas, sem sacrificar a biodiversidade e sem ignorar as pessoas que vivem nestes lugares. -----

-----Peço-vos que olhem para este vale não como um espaço vazio onde cade qualquer projeto, mas como um lugar vivo: um lugar onde famílias criam os seus filhos, onde a natureza começa finalmente a recuperar e que, uma vez perdido, nunca mais poderá ser devolvido exatamente como era.” -----

-----6. Senhora Maylin Bruns, residente em Odemira, fez a seguinte intervenção: “Eu vou contar algumas coisas que eu sei e que são muito más sobre os moinhos de vento. Por exemplo, são construídos grandes blocos de cimento, fundações gigantes, e estes moinhos de vento vão ser muito altos. Vão ter uma altura de cerca de vinte metros, do que eu vi. É muito alto. -----

-----Na Alemanha já existem muitos destes moinhos de vento. É muito mau. As pessoas querem fugir de lá. Há muitas pessoas que fogem de lá, por exemplo, para cá, porque aqui ainda temos esta paz, que lá já não existe, também por causa dos moinhos de vento. -----

-----Eles matam muitos pássaros e também muitos morcegos. Os morcegos são protegidos e isso é desagradável. -----

-----Depois, também ouvi dizer que podem usar dois hectares e meio de espaço e que o som chateia muito as pessoas. Até há a pergunta se pode causar cancro devido à pressão provocada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Depois, os fogos. Se eles começam, se estes equipamentos apanham fogo, são quase impossíveis de parar. É como com os carros elétricos. Basicamente, se eles queimam, queimam totalmente. Isso também é um perigo aqui, especialmente porque quase não é possível apagar o fogo quando queimam. -----

----- Além disso, nas asas há materiais, ou há madeira dos trópicos, madeira tropical, que às vezes é importada ilegalmente. Ou há outra matéria, agora não me lembro do nome, mas hoje falei com uma pessoa que também tem conhecimento na área e ela disse que essa matéria arde muito bem e é muito perigosa. Depois, também tem estas fibras que podem poluir a água e a natureza. -----

----- Estas asas são muito perigosas para a natureza. Isso acontece às vezes e estas fibras têm de ser apanhadas. Estas asas só duram cerca de quinze ou vinte anos, depois têm de ser mudadas. E para onde é que vai esta matéria, que não é biodegradável?”-----

----- 7. Senhora Alice Pereira, residente em Aldeia das Amoreiras, fez a seguinte intervenção: “Esta intervenção é em nome dos residentes da Aldeia das Amoreiras, na Freguesia de São Martinho das Amoreiras. -----

----- Esta manhã, na Travessa do Altinho, chegaram camiões com uma grua e uma equipa para instalar uma antena da Vodafone à entrada da aldeia, a escassos metros das nossas casas. Disseram-nos que era uma antena provisória, com menos de vinte metros, e que, mais tarde, procurariam um local para uma permanente.-----

----- Os residentes reuniram-se para impedir a instalação. Chamámos o Senhor Presidente da Junta, que contactou a Câmara de Odemira. Esta enviou dois fiscais, que pediram documentos aos trabalhadores e, após várias horas de espera, um telefonema do Senhor Vereador determinou que abandonassem o local. Assim foi: foram-se embora, sem instalar a antena. Em nenhum momento nos foi explicado o que se passou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Por isso, estamos aqui com algumas perguntas que gostaríamos que ficassem em Ata.

-----Primeiro: por que foram os trabalhos interrompidos hoje e que documentos faltavam?

-----Segundo: esta paragem é temporária ou definitiva e em que condições poderão os trabalhos ser retomados?-----

-----Terceiro: é verdade que uma antena provisória não necessita de licença? Existe algum pedido de licenciamento em curso, para a antena provisória ou para a permanente? -----

-----A nossa posição é clara: não somos contra a melhoria da cobertura móvel, opomo-nos exclusivamente a esta localização, tão próxima das habitações, pelo impacto na paisagem, na qualidade de vida e no valor das casas. -----

-----E não vimos apenas levantar problemas, viemos com soluções! Já identificámos várias parcelas, mais afastadas, com proprietários disponíveis para colaborar, e queremos trabalhar em conjunto com a Câmara, a Junta de Freguesia e a Vodafone para encontrar esse local. -----

-----Pedimos formalmente que qualquer instalação nesse terreno seja suspensa até que uma alternativa seja analisada e que os residentes sejam ouvidos antes de qualquer decisão. -----

-----Que fique em ata que manifestamos a nossa oposição numa fase inicial, quando ainda nada foi instalado e a realocação é simples e pouco onerosa. Confiamos em que a Câmara de Odemira defenderá os interesses da população da Aldeia das Amoreiras, trabalhando connosco para encontrar uma solução que melhore a cobertura móvel sem impor esse impacto aos residentes, quando existem alternativas viáveis.”-----

-----8. Senhor Dirk Morgen, residente em Corte Brique, fez a seguinte intervenção:
“Bom, a Galp tem uma proposta no folheto deles. Em primeiro lugar, dizem que querem melhorar os acessos. Mas que acessos vão melhorar? Os acessos às nossas casas ou os acessos às torres deles, aos aerogeradores? -----

-----Ponto dois: Conciliação com outros usos do solo. Simplesmente, a quantidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

solos disponível nessa zona vai diminuir com os aerogeradores, porque eles precisam de espaço. Os painéis fotovoltaicos podem ser instalados nos telhados existentes e, em termos de infraestrutura de rede para transportar energia, não são necessárias novas linhas de alta tensão.

Temos de pensar numa alternativa a este projeto. -----

----- Ponto três: A Galp promove agora mais energia limpa para o futuro. Como o nosso amigo já tinha dito, estes aerogeradores não são assim tão limpos. Cada aerogerador tem cerca de novecentos litros de óleo hidráulico. Isto não é uma coisa limpa. Ainda por cima, utiliza um gás para isolamento, e esse gás é quase duas vezes mais forte. Isto é energia limpa? É essa a minha questão. -----

----- Ponto quatro: o apoio à prevenção de incêndios. Como é que eles apoiam a prevenção dos incêndios? Alguém me pode explicar isso? -----

----- Ponto cinco: Criação de emprego local. Os aerogeradores são instalados por equipas especializadas que trabalham em todo o lado, e não apenas em Portugal, mas também em Espanha. Que emprego é que isso cria para nós, os trabalhadores desta zona? Vamos desistir deste projeto e instalar mais painéis fotovoltaicos nos telhados existentes. Assim, já temos emprego para todos os eletricistas. -----

----- Com este Fundo Ambiental, Odemira vai receber um milhão e quinhentos mil euros. Mas a Câmara já fez os cálculos e concluiu que vai perder dinheiro devido à desvalorização das terras, à redução das receitas de impostos e ao impacto no turismo. O turismo já não vai chegar cá. -----

----- Último ponto: A segurança do fornecimento de energia com instalações centralizadas. Há maior risco de perder o fornecimento de energia porque, se a central falhar, ficamos todos sem luz. Se instalarmos sistemas descentralizados nos telhados, se um telhado falhar, os outros à volta continuam a produzir energia.” -----

----- 9. Senhora Rita Norberto, residente em Luzianes-Gare, fez a seguinte intervenção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

“Eu penso que, pela assistência que está aqui, dá para ver que a população tem vindo a mudar ao longo dos tempos. Ainda há pouco diziam que havia poucos alentejanos, mas a sala está cheia. Nós podemos não ser alentejanos de nascença, mas escolhemos todos o Alentejo para viver.-----

-----Grande parte das pessoas que estão aqui vivem em São Martinho, Luzianes-Gare, Santa Clara-a-Velha e Relíquias e, por isso, muitos dos que aqui estamos, estamos presentes por causa deste megaprojeto eólico da Galp. -----

-----Eu queria dizer que, se nós pensarmos um pouco e olharmos para aquele território, vemos que a instalação deste megaparque, para além de todos os impactos que tem no ambiente e eu nem sequer vou falar das questões económicas, da desvalorização dos terrenos, porque, infelizmente, é assim que todos pensam, aliás, é precisamente por essas questões económicas que a Galp quer instalar estes megaparques. Não é simplesmente para satisfazer as necessidades das pessoas que vivem ali, é para poder ganhar dinheiro. -----

-----Até porque, quando a Galp diz que aquilo serve para satisfazer as necessidades de mil cento e catorze famílias e que o consumo médio anual de uma família de quatro pessoas é de três vírgula três megawatts por ano, eu quero dizer-lhes que, por acaso, estou ligada à rede, somos duas pessoas e o meu consumo anual é de oitenta quilowatts. É cerca de quarenta vezes menos. Por isso, há de haver alguém que anda por aí a gastar imenso. -----

-----A grande maioria das pessoas que estão aqui e que vivem naquelas freguesias, não sei se serão cinquenta por cento, mas acredito que andarà à volta disso ou até ultrapassará essa percentagem, são pessoas que vivem fora da rede. Todas elas têm o seu sistema de produção de energia, todas elas têm consumos muito reduzidos, inclusivamente as que estão ligadas à rede. Ou seja, vamos instalar um megaparque eólico com vinte e duas turbinas gigantes, que têm um impacto brutal na paisagem, na vida selvagem e na vida das pessoas. Porque, ao contrário do que a Galp diz, existem pessoas que moram ali. O barulho propaga-se até dois quilómetros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

meio e, embora seja um território muito pouco povoado, esse ruído faz-se sentir, sobretudo quando há mais vento. Todos nós sabemos isso. Aliás, todos temos a experiência de alguém fazer uma festa num vale e, a dez quilómetros de distância, ainda estarmos a ouvir a música. ---

----- Pronto, isto para dizer que é uma enorme injustiça social que a Câmara e as Juntas de Freguesia apoiem este projeto. Eu sei que as Câmaras e as Juntas vão ganhar dinheiro com isso, mas acho que seria importante questionarem a população, que, entretanto, tem vindo a mudar, sobre o que realmente pretende e quais são as suas aspirações. -----

----- Quem nasceu naquelas freguesias vive lá, provavelmente porque nunca conheceu outro sítio, nasceu ali e gosta daquilo. Mas quem veio de fora escolheu aquele território pelas suas qualidades ambientais. Foi para lá à procura do silêncio e da qualidade de vida. Foi para lá porque demonstra que é possível viver com pouco. -----

----- Só mais uma coisa. O senhor Presidente da Câmara já me conhece há muito tempo e aquilo que vou dizer já o digo há muitos anos. Penso que o concelho de Odemira poderia ser um concelho exemplar em várias áreas e esta questão da sustentabilidade é uma delas. Ou seja, sustentabilidade em termos de produção alimentar e sustentabilidade em termos de produção de energia. E a produção de energia deve passar pela microgeração, e não por um território sacrificar-se em benefício de outros que estão a milhares, centenas ou dezenas de quilómetros de distância e que não vivem ali nem sofrem os impactos deste projeto.” -----

----- 10. Senhora Birte Kohnke, residente em Luzianes-Gare, fez a seguinte intervenção: “Devido aos danos irreversíveis que a instalação de turbinas eólicas causaria às pessoas, aos animais e à natureza, peço encarecidamente, em nome das gerações futuras, que se abstenha de fazê-lo. -- -----

----- A região do Alentejo, em particular, é única, e certamente existem formas mais sensatas de gerar energia aqui em Portugal, como a energia solar. -----

----- Além disso, caso não saiba, as turbinas contêm material extremamente inflamável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

que, uma vez em chamas, é quase impossível de extinguir. -----

-----Existem simplesmente muitos argumentos contra tal instalação, bem como alternativas adequadas.-----

-----Precisamos de políticos corajosos e conscientes que se oponham à pura ganância para preservar um mundo habitável para as gerações futuras. -----

-----Conto com vocês! -----

-----Agradeço a vossa atenção.”-----

----- 11. Senhora Fátima Teixeira, residente em Relíquias, fez a seguinte intervenção: “O assunto que me traz aqui tem a ver com o bem-estar animal e os gatos vadios na rua. Já foi distribuído um documento a todas as bancadas, penso eu, para ficarem a par daquilo que me traz aqui, porque provavelmente não vou ter tempo para ler isso tudo. A última vez que estive aqui tinha cinco minutos e foi pouco, agora tenho dois minutos e meio, é ainda menos. Portanto, acho bem que encontrem uma solução para esta participação toda ou, então, não chamem as pessoas. -----

-----Quero salientar o papel fundamental das Associações de bem-estar animal, nomeadamente as duas que eu conheço, que são a Associação Quinta Porto Sobreiro e a Associação Milpatas, que recebem anualmente cerca de oito mil euros, mais cinco mil euros destinados a cuidar dos gatos de rua. Parte deste dinheiro vai também para as esterilizações nas clínicas veterinárias privadas. Chamou-me ainda a atenção este Protocolo de Colaboração da Associação Milpatas, celebrado no início do ano com as Juntas de Freguesia, no valor de dois mil euros para cada Junta de Freguesia. Aquilo a que nós estamos a assistir é à descapitalização das Juntas de Freguesia para tratar de um problema que cabe ao Município resolver e, portanto, não vamos retirar estes dois mil euros às Juntas de Freguesia, vamos sim, financiar mais as associações de bem-estar animal, que fazem este trabalho incrível e impressionante. -----

-----Portanto, as associações estão subfinanciadas. Existe também outro problema: os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Protocolos com estas Associações são assinados muito tardiamente, do qual resultam respostas também muito tardias para as esterilizações de gatos de rua.-----

----- Eu trago aqui este mau exemplo da vizinha, que é, de facto, a minha vizinha, que em dezembro me pediu se eu podia arranjar duas vagas para esterilizar duas gatas que ela cuidava na rua, a mãe e a filha. Em janeiro, reforcei este pedido, foi marcado para o dia dezoito de fevereiro. No dia dezoito de fevereiro foi cancelado porque a veterinária tinha uma reunião no Norte e foi adiado para o dia onze de março. No dia onze de março, as gatas estavam prenhas, já com um volume muito grande e, portanto, não foram esterilizadas. As gatas tiveram os bebés a quatro e a seis de abril e, neste momento, já passaram três meses e estão novamente prenhas e a dar à luz. Portanto, esta é a resposta que o Centro de Recolha Oficial de Odemira (CRO) não consegue dar e que as associações se esforçam por dar, mas também não conseguem. -----

----- E depois trago o meu exemplo pessoal. O Patinhas, o Farrusco, o Puki, o Mafarrico, o Mambi e, agora, o Nico moram dentro da minha casa e são gatos de rua que vieram ter à minha casa nos últimos cinco anos. Fora de casa, eu tenho o Tigre, o Mias, o Cenoura e mais uns quantos gatos inomináveis. Portanto, esta situação não pode recair em cima dos munícipes. Não somos nós que vamos tratar daquilo que o Município não trata. -----

----- Então, eu venho-me queixar, mas também venho propor algumas sugestões de solução face a este problema, que é um descontrolo absoluto. Devia haver uma via direta para todas as Juntas de Freguesia terem vagas de esterilização no CRO, portanto, que não tivéssemos de passar pelo crivo das associações de cuidado animal, que também têm à espera uma lista enorme de animais. -----

----- Reforçar o CRO com a contratação de mais um veterinário. A Doutora Ana faz um trabalho excelente, faz um trabalho incrível, é fantástico, mas não dá. -----

----- A Doutora Ana trabalha e opera todos os dias, ou de manhã ou à tarde, portanto, ocupa cinquenta por cento da sala de cirurgia. Penso que, com os vinte e oito mil euros, mais os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

dez mil euros que vão para esterilizações nas clínicas privadas, podíamos contratar outro veterinário municipal, porque a Doutora Ana faz um trabalho excelente, mas é insuficiente para o volume de trabalho que existe. -----

-----Existem outras propostas aí que vocês podem ver, como instalar um serviço de veterinário municipal que dê respostas a situações urgentes e realizar campanhas de sensibilização para a esterilização de gatos. -----

-----O protocolo que a Milpatas quer fazer com as Juntas de Freguesia mostrou uma coisa muito clara e mostrou a dimensão do problema nesta publicação que fez a trinta e um de março, em que, nos primeiros três meses, já tinham operado as vinte fêmeas, cujo protocolo era para o ano inteiro. Portanto, podemos ver a dimensão do problema.” -----

-----12. Senhor Marco Silvestre, residente em Santa Clara-a-Velha, fez a seguinte intervenção: “Tenho aqui, para contextualizar as minhas perguntas, um ofício da Câmara Municipal de Odemira, de doze de setembro de dois mil e vinte e três, em que responde à ligação ao ramal da rede pública de abastecimento de água, na sequência da solicitação de informação sobre o pedido de abastecimento de água efetuado em dois mil e vinte e um por quarenta residentes, através da entrega de requerimentos. Informou-se os residentes que um estudo prévio, de forma a avaliar a melhor solução, estaria a ser feito. Recebemos depois um ofício, catorze meses depois, datado de dezanove de novembro de dois mil e vinte e quatro, a informar que a ligação à rede pública de abastecimento para a Tramagueira, ora, na sequência do pedido, encontrava-se concluído o estudo prévio para a ligação da rede de abastecimento de água para a Tramagueira, prevendo-se que o projeto seja executado nos próximos meses. -----

-----Volvidos dezanove meses, fica a pergunta, para ficar em ata: em que estado é que está este projeto? -----

-----Qual é o estado do projeto? -----

-----Qual é a data prevista para o início da obra? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Qual é a data prevista do final da obra? -----

----- Neste ofício vem ainda a dizer que a Câmara se oferece a fazer o transporte de um autotanque, mas têm de ser os residentes a proceder à aquisição do depósito e à disponibilização do terreno para a colocação do mesmo. -----

----- Pergunta também para ficar em ata: a parte em que diz que a responsabilidade do município cessa no ponto de entrega da rede pública ao autotanque, considerando que o município, enquanto entidade gestora do serviço de abastecimento de água, só pode garantir a qualidade da água no sistema de abastecimento, mais se informa que a água fornecida deste modo deve ser usada para outros fins que não o consumo humano. -----

----- Nós pedimos água da rede para consumo humano, não para regar as hortas nem para dar aos animais. Neste momento, está a ser negado ao público um bem primário que faz parte da Constituição Portuguesa e da União Europeia, que é garantir o acesso à água aos cidadãos. --

----- Recebemos depois esta água, e agradeço desde já à Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que passou a proceder ao fornecimento de água através de um tanque, por um trator, aos depósitos que foram comprados pelos residentes e que nem todos têm as condições para ter água para o consumo humano, e que agora passou a cobrar o valor de quinze euros por três mil litros de água, ou seja, cinco euros por cada metro cúbico de água, e trinta euros por seis mil litros de água. Eu compreendo que este custo é pelo transporte e não pela água, mas nós também entendemos que a Junta de Freguesia deve-se pagar, mas que estes custos devem ser assumidos pela autarquia, uma vez que é da responsabilidade da autarquia garantir que o cidadão tem água. -----

----- Já agora, o senhor Presidente disse que foi feita uma intervenção na estrada desde São Teotónio até à zona de Corte Sevilha. A Tramagueira, fica ao lado da Corte Sevilha. Eu, da minha casa, que fica a quatrocentos metros, consigo ver um buraco que está na estrada, numa zona de inclinação, que está indevidamente sinalizado e que é um perigo para quem lá passa. Já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

que fizeram obras na estrada, concluíam-na até ao final!” -----

----- 13. Senhor Luís Daniel, residente em Fornalhas Velhas, fez a seguinte intervenção:

“O problema que me traz aqui é mundano, tem a ver com um saco de entulho que pedi já o levantamento em meados de maio e a última informação que tive, aliás, tive duas informações: uma é que o carro estava avariado e a segunda é que podia haver um problema com os recursos humanos. A pergunta é: quando é que está previsto poder ser levantado? Se há alguma alternativa ou se eu tenho que tratar da questão?”-----

----- Já que tenho algum tempo e porque está aqui tanta gente com um problema na cabeça e no coração, enfim, e eu ontem foi um dia fantástico, foi o dia em que eu tive conhecimento destes megaprojetos. São megaprojetos que me fazem fazer uma pergunta: para quê? É mesmo necessário? Para que é que é necessário? Quem serve e o que é que serve? Seja a Galp, seja todos os outros grupos económicos ligados à energia, que nós sabemos todos que estão todos aflitos, que têm grandes preocupações ambientais, estou a ser irónico, obviamente e mascarar uma solução verde com um problema que pode ser grave, e não é só uma questão da vida das pessoas que vieram para cá, tem a ver com a viabilidade ambiental e ecológica dessas estruturas. -----

----- Falar de desenvolvimento é fácil, falar de desenvolvimento com uma tecnologia que tem trinta ou quarenta anos não é assim muito lógico, ok? Pelo menos eu não entendo essa lógica. Existem questões muito importantes de que os residentes, obviamente, sejam portugueses ou não, isso nunca interessa, mas quando os afeta, quando as pessoas começam a perceber que vão ter problemas, enfim, à distância, creio eu que uma autarquia tem a responsabilidade de fazer uma coisa muito clara: esclarecer. -----

----- Eu tive acesso à apresentação da Galp, li muito rapidamente e digo claramente: aquilo é uma boa gestão de marketing. É uma péssima gestão de informação e não contribui em nada para pacificar estas pessoas. Eu estou aqui nas Fornalhas Velhas, mas vou passar, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

certeza, nos sítios onde elas vão rodar. Novamente, tecnologias dos anos quarenta não são desenvolvimento.” -----

----- 14. Senhor Tiago Borges, residente em Pereiro Grande, fez a seguinte intervenção: “Só uma pergunta: é relativamente aos inertes da estrada resultantes das obras, saber se a Câmara deu esta autorização ou quem é que deu, ou quem é que vai fazer algo.” -----

----- Na sequência das intervenções do público, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença dos munícipes e prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- - quanto ao edifício devoluto, referiu que se tratava, de facto, de um edifício devoluto existente em Colos. Informou que, ao longo do tempo, tinham sido equacionadas diferentes ideias, perspetivas e, inclusivamente, projetos para aquele espaço. Esclareceu que o último projeto existente tinha sido desenvolvido pela Cruz Vermelha, tendo-se procurado, à época, apresentar uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), contudo, informou que, naquele momento, o projeto não apresentava a maturidade necessária para poder ser candidatado. Acrescentou que, dada a dimensão financeira do projeto, a Cruz Vermelha não dispunha de outra possibilidade para a sua implementação que não passasse pela obtenção de financiamento, salientando que o projeto visava dar resposta a necessidades de apoio à população idosa e, simultaneamente, à primeira infância, constituindo, assim, uma resposta de carácter misto. -----

----- Referiu que aquele era, atualmente, o projeto existente e reconheceu que, conforme tinha sido referido, nos próximos anos não iria existir nada naquele espaço. Referiu ainda que era necessário resolver o problema relacionado com a rua, e que a intenção era proceder à sua resolução com a maior brevidade possível. -----

----- - relativamente aos transportes de autocarro para as praias, referiu que era uma questão que gerava diferentes preocupações e perspetivas entre as câmaras municipais, sobretudo durante o período de verão, mas que a proposta nunca tinha tido a oposição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

nenhum dos autarcas. Referiu que as principais dificuldades tinham surgido por parte do operador, que referia não ser possível realizar mais serviços do que aqueles que lhe eram solicitados, invocando, nomeadamente, limitações ao nível dos recursos humanos, que não seriam suficientes para dar resposta ao conjunto de solicitações existentes.-----

-----Informou que, para além da candidatura já apresentada, estavam a ser preparados um conjunto de espaços destinados a estacionamento, distribuídos por diferentes pontos do território, bem como propostas para circuitos alternativos de transporte público e circuitos constantes de transporte no território. Explicou que esta era uma ideia que já tinha sido anteriormente equacionada e que se pretendia candidatar ao Fundo para uma Transição Justa, estando a ser avaliada a existência de verba suficiente para esse efeito. Referiu que a intenção passava pela aquisição de dois ou três autocarros de pequena dimensão, que permitissem assegurar uma espécie de serviço de transporte público definido e gerido de acordo com as necessidades locais.-----

-----Informou ainda que já estava em curso a aquisição de uma carrinha elétrica de nove lugares, que iria integrar um projeto-piloto abrangendo as freguesias de Sabóia, Santa Clara-a-Velha, Luzianes-Gare e São Martinho das Amoreiras, com particular ligação à questão do transporte ferroviário. Explicou que a viatura iria assegurar o transporte entre as localidades e a estação ferroviária, e vice-versa, procurando encontrar soluções para os movimentos pendulares e facilitar a deslocação das populações entre as diferentes localidades. -----

----- quanto às questões colocadas sobre o bem-estar animal, referiu que se tratava de um problema ao qual o Município não estava a conseguir dar a resposta necessária e suficiente, mas que todos os anos, se tinha procurado melhorar a resposta existente, embora continuassem a verificar-se algumas dificuldades.-----

-----Discordou da perspetiva de que a responsabilidade pela resolução desta questão caberia exclusivamente ao Município, tendo em conta que os munícipes não se poderiam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

demitir das suas responsabilidades, uma vez que eram, muitas vezes, os principais responsáveis pela propagação de gatos no concelho. -----

----- Informou que o Município disponibilizava apoio às pessoas que colaborassem na captura de gatos para posterior esterilização, bem como na alimentação das colónias de gatos esterilizados, procurando, desta forma, contribuir para um maior controlo e gestão das colónias existentes. Referiu que as propostas apresentadas pela munícipe Fátima Teixeira seriam analisadas e ponderadas, com vista a que, no próximo orçamento, pudesse ser melhorada a resposta que estava a ser dada pelo Município nesta área. Relativamente à questão das juntas de freguesia, esclareceu que a sua participação não constituía uma obrigação, tratando-se de uma colaboração de carácter voluntário.-----

----- - quanto à Tramagueira, referiu que tinha sido elaborado um estudo prévio e que, no momento se encontrava em elaboração o projeto para a execução da respetiva obra. Informou que a expectativa do Município era que ainda pudesse ser enquadrada neste quadro comunitário, tendo em conta a existência de alguma verba disponível para esta área. Referiu que existiam três localizações consideradas importantes para intervenção, entre as quais a Corte Sevilha, na zona da Tramagueira, sendo igualmente necessário resolver as questões relacionadas com a qualidade da água na Nave Redonda e na Ribeira da Azenha e que a intervenção nestas três localizações contribuiria também para a resolução dos problemas existentes na Tramagueira -----

----- Referiu, contudo, que o Município não tinha a obrigação de assegurar uma cobertura de cem por cento do abastecimento de água e do saneamento, nomeadamente no caso de habitações situadas fora dos aglomerados urbanos. Explicou que, relativamente às construções localizadas fora dos aglomerados urbanos, os proprietários que optassem por aí residir eram responsáveis pelo seu próprio abastecimento de água, não cabendo ao Município a obrigação de levar a rede de abastecimento a todas as localizações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Informou que do ponto de vista de obra, não existia prazo concreto para indicar. Informou ainda que, em última análise, poderia vir a ser equacionada a criação de um sistema fechado de abastecimento, à semelhança do que já acontecia noutros locais. -----

----- relativamente à recolha dos sacos de entulho, sugeriu que fosse verificado junto dos serviços da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal de forma a obter informação sobre quando e como poderia ser efetuada a respetiva recolha. -----

----- quanto aos inertes das estradas, referiu ser uma matéria que podia ser utilizada nos caminhos, tendo sido essa a utilização que lhe tinha sido dada pelas Juntas de Freguesia. Referiu que, tratando-se de material proveniente de uma estrada, poderia, em princípio, ser reutilizado noutra estrada. Contudo, referiu que, caso existisse informação em sentido contrário, poderia ser apresentada uma queixa, a qual seria posteriormente analisada. -----

----- relativamente às eólicas, referiu que estava a decorrer uma consulta pública sobre a legislação em matéria de aceleração do licenciamento de projetos de produção de energia em parques eólicos ou fotovoltaicos, e considerou importante que o documento fosse analisado pelos interessados. Informou que havia uma proposta que previa a exclusão de determinadas áreas do território da possibilidade de instalação de grandes projetos, designadamente nas áreas protegidas, áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN). Considerou esta exclusão um passo importante, uma vez que permitiria salvaguardar determinadas zonas do território -----

-----Informou que, de acordo com o mapeamento constante da proposta, uma área relativamente reduzida do concelho de Odemira ficaria potencialmente disponível para a implementação deste tipo de projetos, sobretudo na zona nordeste do concelho. Manifestou algum alívio perante esta situação, tendo em conta a dimensão territorial do concelho de Odemira e a possibilidade de este vir a ser abrangido por projetos de produção de energias renováveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Referiu ainda que a proposta estabelecia determinadas regras para a instalação de aerogeradores, nomeadamente a obrigação de estes se localizarem a mais de um quilómetro de qualquer habitação.-----

----- Esclareceu que, nas áreas identificadas como zonas de aceleração, o licenciamento seria efetuado pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), cabendo ao Município pronunciar-se relativamente às condicionantes previstas nos instrumentos de gestão territorial, designadamente REN, RAN e outras disposições relacionadas com a salvaguarda da paisagem.

----- Referiu que, face a este enquadramento, era previsível que viessem a existir mais projetos fotovoltaicos e eólicos no concelho de Odemira. Recordou, a este propósito, o projeto das Cachenas, que não tinha viabilidade, designadamente por se localizar em área da Rede Natura 2000, tendo o Município apresentado a respetiva pronúncia no âmbito dos instrumentos de gestão territorial. Acrescentou que também o ICNF tinha manifestado que dificilmente aprovaria aquele projeto. -----

----- Relativamente ao projeto da Galp atualmente em análise, esclareceu que este era diferente do projeto das Cachenas, uma vez que se encontrava associado à central de Ourique, prevendo-se a ligação dos aerogeradores localizados nos concelhos de Odemira e Ourique àquela infraestrutura. -----

----- Informou que não existia qualquer compromisso formal ou documento assinado entre o Município e a Galp relativamente a esta matéria. -----

----- Referiu ainda que o PDM já se encontrava elaborado e que iria ser submetido a discussão pública, acrescentando que a revisão da REN tinha sido concluída vários meses antes e não tinha qualquer relação com os projetos eólicos ou fotovoltaicos em causa, tendo sido elaborada de acordo com os princípios e regras aplicáveis e com a participação das entidades competentes. -----

----- Referiu que, caso os projetos viessem a ser concretizados, as medidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

compensatórias deveriam beneficiar as freguesias diretamente abrangidas pelos aerogeradores. -

-----Informou ainda que o Município tinha iniciado, em parceria com a Regenerativa, um projeto de produção de energia distribuída e que pretendia desenvolver uma solução semelhante em Luzianes-Gare. Explicou que este tipo de solução poderia ser particularmente adequado ao concelho, tendo em conta a dispersão da população e os custos associados à extensão das redes elétricas convencionais.-----

-----Concluiu referindo que, perante os objetivos nacionais de aumento da produção de energia renovável, seria provavelmente inevitável que o concelho de Odemira contribuísse também para esse esforço. Salientou, contudo, que o Município deveria procurar definir as soluções mais adequadas ao território, nomeadamente através de um correto mapeamento das áreas de instalação, procurando afastar os projetos das populações e minimizar o impacto paisagístico, de forma a garantir que as soluções adotadas fossem igualmente adequadas e importantes para o concelho.-----

----- relativamente ao Programa Gap Year “Emunicipa-te”, informou que iriam abrir novamente inscrições no próximo ano.-----

----- por último, relativamente à instalação da antena da Vodafone na Aldeia das Amoreiras, referiu que a obra se encontrava suspensa e que só avançaria depois de ser discutida com a população da Aldeia das Amoreiras. -----

-----Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalho, agradecendo a presença do público na presente reunião. -----

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** APRECIACÃO DA SUSPENSÃO DE MANDATO PELO PERÍODO DE SEIS MESES DA ELEITA PELO PARTIDO SOCIALISTA, ANA LUÍSA DIAS BALEIA. ---

-----Foi presente o email enviado pela Senhora Ana Baleia no dia três de junho do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

corrente ano, no qual solicitava a suspensão do mandato, por seis meses, por motivos profissionais, com início a três de junho do corrente ano. -----

----- Foi devidamente apreciado o pedido de suspensão da eleita Ana Baleia, tendo sido o mesmo autorizado. -----

----- Estando presente na sala o membro imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, procedeu-se à assinatura da Ata de Tomada de Posse da Senhora Cláudia Sofia Ludovino Matos Silva, entrando imediatamente em funções. -----

----- **Ponto dois: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS.** -----

----- a) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2026. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA e dois votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP. Não participaram na referida votação os Membros: Cláudia Silva, Filomena Pacheco, Rui Dias e Miguel Reis, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

----- b) DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2026. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA e dois votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP. Não participaram na referida votação os Membros: Filomena Pacheco, João Mira, Fernando Valério, Fernando Silva, Maria Teresa Nabais, Rui Dias e Maria Teresa Gaspar, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE. -----

-----Embora todos os presentes se encontrassem munidos de exemplares dos Mapas-resumo da Correspondência Recebida e Expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária.-----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira.-----

-----Depois de verificado o quórum, deu-se continuidade ao tratamento dos assuntos constantes no Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**Ponto Quatro:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

-----Em cumprimento com o estipulado no artigo trigésimo do Regimento da Assembleia Municipal, as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no presente ponto da Ordem de Trabalhos foram efetuadas por Bancada, com limitação de tempo: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA -----

----- Interveio o Senhor Manuel Pereira, Presidente da Junta de Boavista dos Pinheiros, que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista apresentou o seguinte Voto de Louvor: -----

----- **“VOTO DE LOUVOR A AFONSO SILVA – VICE-CAMPEÃO NACIONAL DE ESTRADA ELITE”** -----

----- “A Assembleia Municipal de Odemira manifesta o seu mais profundo orgulho e congratula publicamente o ciclista Afonso Silva pela conquista do título de Vice-Campeão Nacional de Estrada Elite.-----

----- Este feito histórico, alcançado perante uma concorrência de altíssimo nível, é o reflexo do seu talento, da sua dedicação incansável e de um enorme espírito de sacrifício. -----

----- Ao sagrar-se Vice-Campeão Nacional, o Afonso não só eleva o ciclismo português, como projeta e prestigia o nome do concelho de Odemira a nível nacional, servindo de inspiração e exemplo de superação para todos os nossos jovens. -----

----- A Assembleia Municipal de Odemira aprova, assim, este Voto de Louvor, desejando ao Afonso Silva a continuação dos maiores sucessos desportivos e pessoais. -----

----- O presente Voto de Louvor deve ser enviado ao ciclista Afonso Silva e ao Clube de Ciclismo de Tavira. -----

----- Os/as eleitos/as do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira-----

----- Odemira, 30 de junho de 2026.”-----

----- Interveio o Senhor Francisco Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção vem também no sentido de saudar o que foi a edição da FEITUR deste ano. Na opinião da Junta de Freguesia, mas também aquela que nos foi manifestada por muitos dos visitantes e pela população, foi a melhor edição de sempre, e isso deve ser destacado também pela aposta da Entidade Regional de Turismo, pelo Município de Odemira e também pela forma como cada vez mais os empresários e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

operadores marítimo-turísticos participam e estão presentes na Feira e proporcionam experiências às pessoas.-----

-----Gostaria também de enaltecer o que foi a criação do Foodlab, que proporcionou também uma forma diferente de alguns espaços de restauração da freguesia estarem presentes e, com isso, dizer que temos que trabalhar cada vez mais na melhoria da qualificação da oferta. Dizer, com isso, também que a FEITUR é também um espaço de debate. Ter havido um momento para iniciar a discussão sobre a possível criação ou não de uma taxa turística no concelho de Odemira parece-nos, quanto a nós, que não deve ser um assunto em si encerrado neste momento da FEITUR e que deve, nos próximos meses e ao longo do próximo ano, ter uma discussão mais aprofundada, até pelos vários pontos de vista que foram trazidos por outros concelhos, uns já com a taxa turística implementada e outros em fase de criação. -----

-----E, por último, considerando o conjunto de e-mails e de procura que a Junta de Freguesia tem tido desde há vários meses em relação aos postos de carregamento elétricos, gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara o que é que aconteceu à proposta que foi aprovada a vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco, para o lançamento de um concurso público para a colocação de vinte e cinco postos de carregamentos em todo o concelho, porque, realmente, em Vila Nova de Milfontes, neste momento, dos dois pontos de carregamento, só um é que está a funcionar e a própria Galp não está a dar a resposta. Não sei se estamos a ser castigados pelas Caschenas, estou a brincar, mas a verdade é que o posto de carregamento, que é gerido pela Galp, está sem funcionar há quase dois meses e estamos a falar de uma vila turística, o principal destino turístico do concelho, e não temos soluções para as pessoas que nos visitam e têm viaturas elétricas.” -----

-----Interveio a Senhora Sandra Leonor Duarte, que fez a seguinte intervenção: “Trago hoje a esta Assembleia Municipal dois assuntos que, embora distintos, são ambos relevantes para o futuro do concelho. Tal como os eleitos do Partido Socialista referiram em todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Assembleias, vamos querer saber o ponto de situação de um conjunto de investimentos há muito aguardados na área da educação. Concretamente, solicitamos esclarecimento sobre o estado das candidaturas ao financiamento do Banco Europeu de Investimento para as escolas secundárias de Odemira, Damião de Odemira e EB 2,3 de São Teotónio. A par desta questão, pedimos também uma atualização sobre o ponto de situação de duas intervenções, também ambas urgentes, a requalificação do recreio exterior do Jardim de Infância de São Teotónio e as obras no Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de São Teotónio. -----

----- O segundo ponto serve para deixar uma palavra pública de apreço e reconhecimento pela realização da primeira prova de águas abertas na Barragem de Santa Clara-a-Velha, que teve lugar no passado dia trinta e um de maio. Sabemos bem que organizar um evento desta natureza acarreta uma enorme complexidade logística, exige uma coordenação rigorosa e permanente entre a segurança em terra, o apoio náutico em águas profundas e a assistência médica. O profissionalismo, o zelo e a dedicação demonstrados por toda a equipa garantiram o sucesso competitivo da prova e, acima de tudo, a total segurança e bem-estar das nadadoras e dos nadadores. -----

----- Considerando que a Barragem de Santa Clara reúne condições de excelência para a prática da modalidade, que a atual direção da Associação de Natação do Alentejo demonstra vontade de fazer mais e melhor, e sabendo que este tipo de iniciativas valoriza o interior do nosso concelho e projeta a modalidade, pergunto-lhe, Senhor Presidente, se é intenção do Município continuar a apoiar ativamente a realização desta prova, potenciando o seu crescimento e afirmando-a como uma referência regional e, eventualmente, nacional.”-----

----- Interveio a Senhora Ana Catarina Barata, que fez a seguinte intervenção: “Tendo em conta o que sabemos acerca do flagelo que são os ecrãs e as redes sociais, que muito afetam a nossa sociedade e, em especial, os jovens e as crianças, queria saber que investimentos estão previstos por parte do Município para infraestruturas, construção, renovação de infraestruturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

de uso coletivo, especialmente ao ar livre. Também sabemos a importância dessas práticas para crianças e jovens. -----

-----Em Odemira e em São Luís, os parques infantis foram retirados e nunca foram colocados novos. O Skate Park de São Teotónio apresenta algumas falhas que, inclusive, colocam em risco os jovens. Em Milfontes, há previsão de uma construção de um Skate Park. Há previsão de construção de um Pump Track (faixas para bicicletas e skate), por exemplo, que também é uma necessidade que agora os jovens manifestam e, portanto, era um ponto de situação.”-----

-----Interveio a Senhora Inês Hilário, Presidente da Junta de Freguesia de Bicos, que disse o seguinte: “Tendo em conta que estamos a entrar na época de maior risco de incêndios e que o nosso concelho tem sido particularmente castigado por estes acontecimentos, que medidas concretas estão a ser implementadas para prevenir os incêndios, proteger as populações e o nosso território?”-----

-----Interveio o Senhor João Mira, que fez a seguinte intervenção: “Sou habitante de Odemira, também trabalho em Odemira e, ultimamente, têm-se notado alguns constrangimentos no que toca ao trânsito na ida e na saída da vila. Como sabemos, a Avenida Poole da Costa está um bocado, digamos, limitada a nível de trânsito porque devido às intempéries, a estrada está a ceder. Sei que estão à espera que o IP pense, digamos, numa solução. Agora, quando essa solução chegar, será que conseguimos arranjar soluções mesmo para este trânsito? Como até houve já, no passado, uma segunda ponte, porque, caso seja alvo de obras, vai-se tornar um bocado constrangedor no que toca a camiões e etc. Portanto, o que é que podem esperar os Odemirenses? Já temos algumas soluções pensadas?”-----

----- Interveio o Senhor Hugo Mendonça, que fez a seguinte intervenção: “Começo por reconhecer o que é justo reconhecer e também deixar aqui uma dúvida legítima e uma preocupação. O nosso litoral foi duramente castigado pelas tempestades deste inverno e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

contrato-programa de setecentos e cinquenta mil euros, assinado recentemente com a Agência Portuguesa do Ambiente e o Fundo Ambiental, é uma boa notícia para Odemira. -----

----- E é justo dizer também que já foi feito trabalho no terreno. -----

----- Das nossas onze praias marítimas, praticamente todas estão hoje com os acessos operacionais, algumas intervenções já avançaram e até um problema antigo, o do Malhão Norte, está finalmente a ser resolvido com a construção de uma nova escada. -----

----- Isto merece nota de reconhecimento. -----

----- Fica ainda assim, uma dúvida legítima e uma preocupação: -----

----- A dúvida é se o custo total estimado dos danos em todo o nosso litoral se compara com os setecentos e cinquenta mil euros agora disponíveis? -----

----- A preocupação é muito concreta da população da Zambujeira do Mar. Na Praia da Zambujeira, o acesso continua condicionado, já em plena época balnear. -----

----- A Zambujeira acabou de reconquistar a Bandeira Azul, vive do mar e de quem a visita e os zambujeirenses merecem saber com clareza, quando voltarão a tê-lo plenamente seguro. ---

----- Por isso, Senhor Presidente, deixo-lhe algumas perguntas diretas: -----

----- Em que fase se encontra, em concreto a intervenção no acesso condicionado da Praia da Zambujeira? -----

----- Qual é a data prevista para a reabertura deste acesso em condições de segurança? -----

----- E se correu tudo como esperado, ou houve contratempos que mereçam ser explicados a esta Assembleia e à população?” -----

----- Interveio a Senhora Telma Guerreiro, que disse o seguinte: “Cresci a aprender e a repetir que em Portugal somos dez milhões. Agora os dados recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) colocam uma realidade inegável e histórica perante os nossos olhos: Portugal cresceu para cerca de onze vírgula quatro milhões de residentes, sendo que, destes, cerca de um vírgula seis milhões são imigrantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Em Odemira, esse fenómeno assume uma escala sem paralelo no país. Pela primeira vez, os números oficiais confirmam que a população estrangeira residente no nosso concelho ultrapassa a população de nacionalidade portuguesa. -----

-----Na minha formação profissional aprendi que uma boa inclusão, uma inclusão com dignidade e paz social, é possível quando a comunidade que é acolhida não ultrapassa os trinta por cento do total da população. Em Odemira, passámos os cinquenta por cento. O desafio não é apenas grande, o desafio é estatisticamente gigante. -----

-----Há muito que em diferentes fóruns profissionais ou políticos, venho dizendo que Odemira precisava de um olhar exclusivo e de políticas exclusivas, quase experimentais para sabermos como comunidade até onde é possível acolher bem, e como ganhamos todos. O nosso exemplo seria exemplo para o país. -----

----- Nunca aconteceu esse olhar. Não aconteceu com os anteriores Governos Socialistas, e não está a acontecer com o atual Governo do PSD. Odemira continua esquecida nas suas especificidades. -----

-----Habitação, custo de vida, escola, saúde, mobilidade, filas de espera, mão de obra ilegal, racismo, anti-racismo, preconceitos, segregação social: todos os setores da vida são afetados, mal ou bem, por este fenómeno. Negar esta realidade e não agir sobre ela gera fricção, gera desgaste e ameaça a coesão social. -----

-----O tema da imigração, é muitas vezes usado para alimentar populismo e extremismo, mas convém como escreveu Susana Peralta no Público que “esta revisão estatística não se transforme num manifesto anti-imigração”. -----

-----Não nos devemos colocar apenas nos extremos do discurso: um por um lado que diz que vieram a mais, ficaram com os nossos empregos, ocupam as escolas, os hospitais e o espaço público. -----

-----Outro lado que diz: deviam era vir mais com a falta de mão de obra que temos, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

sacrificam-se mais e por isso deviam ter exatamente os mesmos direitos cívicos e políticos, Portugal devia ser um país de acolhimento de todos. -----

----- Estes dois discursos revelam bem a gravidade do problema e convocam-nos para encontrar a ação e o discurso que procura o equilíbrio. -----

----- É o mais difícil, mas se for guiado pelos direitos humanos encontraremos o caminho.-

----- Senhor Presidente, reconhecemos ao Município, Juntas de Freguesia e Entidades dedicadas a este tema os esforços feitos, mas há muito que é urgente desenhar e implementar políticas públicas de exceção. -----

----- Assim, esta Assembleia Municipal e o Executivo têm de, em uníssono, apelar e exigir junto do Governo uma visão séria, estratégica e de exceção para este território. Com estes números voltamos a ter oportunidade de chamar à atenção do Governo, pois Odemira não pode ser tratada pelas regras gerais do país. -----

----- O Governo tem de perceber o impacto desta realidade e para um problema complexo dedicar políticas públicas extraordinárias pensadas com o território. Fica o apelo.”-----

----- B) BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, na última Assembleia Municipal, até a propósito de uma pergunta do Presidente da Junta de Vila Nova de Milfontes sobre reposições de areias e acessos, o Senhor Presidente disse que não estavam em risco bandeiras azuis, mas perdemos a bandeira azul na Praia da Franquia, em Vila Nova de Milfontes, este ano. Tentar perceber com o Senhor Presidente se estavam a contar com isso ou não. Qual é a reação a isso e de que maneira se pretende intervir para que, para o ano, Vila Nova de Milfontes recupere a bandeira azul.-----

----- Aqui há um ano atrás, faz mesmo um ano, numa Assembleia Municipal, perguntámos sobre parques infantis e, no caso concreto, foi o de São Luís. O Senhor Presidente disse, na altura, que não ia fazer intervenção porque soava a eleitoralismo, estávamos em campanha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

eleitoral. Já passou um ano e a situação está na mesma. Portanto, Senhor Presidente, sabermos quando é que será concluída a obra, quando é que aquilo deixa de estar no estado degradante em que se encontra. -----

-----Ainda sobre São Luís e todas as sedes de freguesia, a Câmara estava com uma aposta de tapar buracos, tratar de arruamentos, e fizemos essa questão na última Assembleia. Não foi respondida, espero que hoje seja. O que é que está previsto este ano? Em que sedes de freguesia? Em que ruas? Quando? Qual é a calendarização? E os avisos à população, para a população estar informada. -----

-----Para concluir, tínhamos, um pouco por todo o concelho, centros de recolha de roupa, estilo ecoponto de recolha de roupa, que foram todos recolhidos. As pessoas questionam as freguesias e não sabemos a resposta. Se a Câmara vai ser proativa nesse sentido ou qual é o pensamento do Executivo sobre esta matéria?” -----

-----Interveio o Senhor Fernando Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que fez a seguinte intervenção: “As perguntas que trago aqui são relativas à minha freguesia. A primeira pergunta é sobre o empreendimento do Bairro Brito Pais. Qual é a situação? Antes do final do ano, a empresa que ganhou a empreitada retirou o pavimento. Depois, entretanto, durante o tempo que choveu, a máquina esteve lá parada e penso que em abril ou maio a máquina desapareceu. Temos lá uma casa de banho e temos lá um estaleiro. Entretanto, a erva cresceu bastante, não há sinalização nenhuma à volta da obra, não está vedada e, pronto, não temos notícias nenhuma dessa parte. Gostava de saber o que é que se passa. -----

-----A outra pergunta: tivemos, em fevereiro, uma sessão pública em Colos para recolher contributos das pessoas por causa de uma possível requalificação do Jardim da Eira. Na altura, falou-se de um esboço de projeto em abril, salvo erro, pronto, e queria saber qual é o ponto da situação também. -----

-----A minha terceira pergunta também é sobre a minha freguesia, relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

processo de aquisição do campo de futebol de Campo Redondo. Em que pé é que estamos? É possível saber mais alguma coisa?” -----

----- Interveio a Senhora Margarida Percheiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria, que fez a seguinte intervenção: “Isto, vamos sempre batendo mais ou menos nas mesmas teclas, mas, como os assuntos ficam por resolver, vamos ter que voltar a eles de vez em quando. -----

----- Portanto, com as intempéries que sofremos, vários foram os danos causados nas freguesias e, portanto, na freguesia de São Salvador e Santa Maria não foi exceção e temos diversos edifícios do Município, que se encontram em risco, nomeadamente a antiga Reparadora, a Casa do Arco, e temos sido questionados em sede de freguesia. O que é que está pensado para estes edifícios? Para quando? E, portanto, o que é que o Município tem planeado para os mesmos?-----

----- Além disso, se as intempéries foram grandes, agora estamos a sofrer também algumas consequências delas. Portanto, foi aprovada uma obra de um particular na Avenida Poole da Costa, que acabou por destruir grande parte de um dos sítios, diga-se de passagem, mais bonitos da nossa vila, o Cerro do Peguinho, e gostava de saber, portanto, o que é que o Município tem planeado para este espaço? Se será permitida esta obra e em que moldes, para evitarmos mais danos naquele local. -----

----- Depois, trago duas questões que, são questões que nós, a Junta de Freguesia, temos, mas que também ontem, em sede de Assembleia de Freguesia, fomos questionados, e prendem-se com a colocação de parquímetros ao longo da vila. Fui informada do porquê, digamos assim, mas a questão que se prende neste momento é quando e como é que irão funcionar estes parquímetros e, pronto, percebermos aqui quem é que vai fiscalizar, quais é que vão ser as taxas aplicadas, se haverá cartões de residentes, entre outros.-----

----- E depois, já muito se falou também de parques infantis e, como é óbvio, no centro da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

nossa vila está um dos mais emblemáticos e que, há meses se encontra quase “nu”, digamos assim, e é um sítio onde muitas famílias param ao final do dia e torna-se, de certo modo, triste ver, neste momento, a pobreza a que a nossa freguesia, que é sede do concelho, foi, portanto, deixada, com a inexistência deste parque.” -----

-----Interveio a Senhora Maria Teresa Nabais, que fez a seguinte intervenção: “Eu queria começar por falar também sempre do mesmo, porque as coisas não se resolvem, só pioram. O que é feito para a nossa prevenção, proteção, segurança, não só sobre os incêndios, mas outras catástrofes. -----

-----A primeira questão é em relação aos caminhos. Volto sempre aos caminhos municipais, estradas municipais e caminhos vicinais. Eu sei que os vicinais são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, portanto, eu estou a juntar, mas sei a separação. O que se passa e, pelo que eu acho que toda a gente pode observar, é que há pouca limpeza. Os caminhos vicinais estão muito pouco limpos, há muitas árvores velhas, podres, a tombar, com os ramos a tombar para cima dos carros, e torna-se um bocadinho difícil não pensar não só em incêndios, mas em temporais, porque, por acaso, não aconteceu um grande desastre, mas nós temos que prevenir. Aliás, acho que uma das funções nossas aqui é alertar o Senhor Presidente da Câmara sobre a proteção que nos é devida. -----

-----Depois, continuando sobre os caminhos vicinais e os trilhos que a CDU, na minha pessoa, andamos continuamente a alertar que há caminhos que estão a ser fechados, caminhos cadastrados que estão fechados, e não falo só especificamente do caminho do Barranco do Carvalhal, que eu conheço bem, mas de dois ou três na Boavista. Entretanto, já sei de muito mais. Sei de vários caminhos e trilhos que me foi comunicado por uma vizinha minha que estão a ser cortados por pessoas particulares. O nosso património público está a passar para privados. Daqui a pouco, não temos possibilidade de passear no campo, andar de bicicleta, porque temos caminhos fechados. Eu gostava de uma intervenção urgente.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- C) BANCADA DO PARTIDO CHEGA -----

----- Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que fez a seguinte intervenção: “Desde o início do nosso mandato, que o Chega, pela voz do seu Vereador, alertou para a necessidade de se olhar para o problema da imigração. Éramos chamados de racistas. E agora o PS vem mostrar preocupações por um problema que o próprio PS criou e encobriu.-----

----- Propomos, então, novamente, a criação do Observatório para as questões da migração, que já foi anteriormente proposto e foi chumbado nesta Assembleia. Portanto, o Chega propõe a criação do Observatório para as Migrações e de Defesa dos Direitos Humanos.-----

----- Seguidamente, em nome dos eleitos pelo Partido CHEGA apresentou a seguinte Moção: -----

-----“**MOÇÃO**-----

----- **Criação de um Observatório Municipal da Exploração Humana no Concelho de Odemira**-----

----- A Bancada do CHEGA na Assembleia Municipal de Odemira vem apresentar a seguinte Moção: -----

----- Considerando que o concelho de Odemira tem registado, nos últimos anos, um crescimento muito significativo da população imigrante, em especial associada ao setor agrícola; -----

----- Considerando que têm sido reportadas situações de precariedade laboral, sobrelotação habitacional, intermediação abusiva de mão-de-obra, dependência económica de trabalhadores estrangeiros e indícios de redes de exploração humana; -----

----- Considerando que existe preocupação crescente entre a população quanto ao cumprimento das normas legais, ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, à proteção de menores e à fiscalização das condições de trabalho e habitação; -----

----- Considerando que compete às autarquias locais promover a legalidade, a dignidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

humana, a segurança e a coesão social no território; -----

-----A Bancada do CHEGA propões que a Assembleia Municipal de Odemira delibere: ----

-----1. A criação de um Observatório Municipal da Exploração Humana, com as seguintes funções: -----

----- - Monitorizar situações de exploração laboral e social; -----

----- - Recolher dados sobre condições de trabalho, habitação e integração; -----

----- - Identificar práticas abusivas de recrutamento ou intermediação laboral; -----

----- - Elaborar relatórios públicos periódicos. -----

-----2. Que o Observatório funcione em articulação com: -----

----- - Câmara Municipal de Odemira; -----

----- - Autoridade para as Condições do Trabalho; -----

----- - Forças de Segurança; -----

----- - Agência para a Integração, Migrações e Asilo; -----

----- - Instituições Sociais e Associações Locais. -----

-----3. Que o Observatório tenha como objetivos: -----

----- - Prevenir a exploração laboral e o tráfico de pessoas; -----

----- - Reforçar a fiscalização e cooperação institucional; -----

----- - Promover condições dignas de vida e trabalho; -----

----- - Garantir transparência e informação à população.” -----

-----Interveio a Senhora Sónia Domingos, que fez a seguinte intervenção: “Atualmente, no concelho de Odemira, vivemos uma problemática de falta de infraestruturas no parque escolar, devido ao crescimento exponencial de alunos na freguesia de Vila Nova de Milfontes. Uma das medidas temporárias apresentadas aos Encarregados de Educação na EB1 de Vila Nova de Milfontes, passa pela abertura de duas salas no Colégio Nossa Senhora da Graça, para os quartos anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- A Bancada Municipal do CHEGA considera esta medida paliativa. Precisamos de soluções a breve e longo prazo para a educação das nossas crianças. -----

----- A Bancada Municipal do CHEGA pergunta ao Executivo para quando será possível termos um novo centro escolar em Vila Nova de Milfontes? E quem são os responsáveis por esta situação.”-----

----- Interveio o Senhor Miguel Reis, que em nome dos eleitos pelo CHEGA, apresentou os seguintes documentos escritos: -----

----- **“VOTO DE SAUDAÇÃO**-----

----- **Pelo Chumbo do Pacote Laboral** -----

----- A Bancada do CHEGA na Assembleia Municipal de Odemira saúda o chumbo do denominado Pacote Laboral, por considerar que a sua aprovação não serviria os interesses dos trabalhadores, das empresas nem da economia nacional. -----

----- Este pacote assentava numa visão ultrapassada das relações laborais, inspirada na lógica da luta de classes, promovendo a divisão entre trabalhadores e empregadores, quando aquilo que Portugal necessita é de cooperação, valorização do trabalho, investimento e criação de riqueza. -----

----- O CHEGA defende uma verdadeira reforma laboral que dignifique o trabalho, proteja os direitos dos trabalhadores, mas que também reconheça o papel essencial dos empresários, em particular das pequenas e médias empresas, que são quem cria emprego e sustenta a economia nacional. Não existem bons empregos sem empresas fortes, nem empresas fortes sem trabalhadores valorizados. -----

----- O verdadeiro obstáculo ao progresso é um Estado excessivamente burocrático e fiscalista, que asfixia quem trabalha, quem empreende e quem investe, alimentando um modelo que perpetua o conflito em vez de incentivar a prosperidade. -----

----- Ao rejeitar este Pacote Laboral, ficou demonstrado que ainda é possível travar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

iniciativas que dividem os portugueses e comprometem o crescimento económico. O CHEGA voltou a demonstrar que não se verga perante interesses instalados nem aceita reformas de fachada que mantêm tudo paticamente na mesma. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Odemira delibera saudar o chumbo do Pacote Laboral, apelando à apresentação de uma verdadeira reforma laboral, capaz de conciliar justiça social com competitividade económica, defendendo simultaneamente os trabalhadores, os empregadores e o futuro de Portugal. -----

-----Odemira, 30 de junho de 2026.-----

-----A Bancada Municipal do CHEGA.”-----

-----“**VOTO DE LOUVOR** -----

----- O Agrupamento de Escolas de Odemira tem vindo a afirmar-se como uma referência no ensino e na promoção da ciência, ao destacar-se no Concurso Nacional de Jovens Cientistas, integrado na Mostra Nacional de Ciência, realizada no Porto.-----

-----A participação numa das mais prestigiadas iniciativas nacionais de promoção da cultura científica é motivo de orgulho para Odemira e demonstra a excelência do ensino proporcionado pelo Agrupamento. -----

-----É o reconhecimento que evidencia a qualidade do excelente acompanhamento e trabalho desenvolvido pelas famílias dos alunos, pelos professores, pelas auxiliares de educação, em suma por toda a comunidade educativa.-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, parabeniza, as alunas Carolina Cabecinha e Denise Rafael, pelo projeto “Conteúdo polínico do mel de Odemira vs outras regiões”, na área da Biologia; Sofia Bernardo e Madalena Godinho, pelo projeto “Papel do coelho-bravo na dispersão de sementes em matos dunares”; Matilde Rafael pela Menção Honrosa com o projeto “Comparação da eficácia do vinagre e de um desinfetante químico na redução da carga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

microbiana da alface”, na área da Microbiologia; e os alunos Bruno Mansos, Madalena Costa e Astride Silvadistinguidos com a participação na competição internacional Exposcience Occtanie, em Toulouse, França com o projeto “Uso do mosaico agrícola do Perímetro de Rega do Mira pela fauna selvagem. -----

----- Odemira, 30 de junho de 2026. -----

----- O Grupo Municipal dos Eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia de Odemira.”-----

----- D) BANCADA DA AD - COLIGAÇÃO PSD/CDS-PP-----

----- Interveio o Senhor Arménio Simão, que em nome dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, apresentou a seguinte Recomendação: -----

----- **"RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO DA REPÚBLICA PARA O REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO CONCELHO DE ODEMIRA**-----

----- A Assembleia Municipal de Odemira, reunida em sessão ordinária, considera que o impacto do elevado crescimento populacional verificado no concelho nos últimos anos, bem documentado pelos dados oficiais recentemente publicados, tem vindo a contribuir para a incapacidade de uma resposta eficaz da generalidade dos serviços públicos no concelho. -----

----- O consequente aumento da população residente, causado pela crescente fixação de cidadãos nacionais e estrangeiros, para responder à dinâmica económica do setor agrícola no concelho, aumentou a pressão sobre o conjunto dos serviços públicos, nomeadamente: o parque habitacional, o parque escolar, os serviços de saúde, Segurança Social e Autoridade Tributária;

----- Esta realidade, reiteradamente comunicada aos anteriores Governos, torna agora inadiável um reforço adequado dos recursos do Estado para a generalidade dos serviços públicos no concelho, sob pena de se agravar drasticamente a qualidade dos serviços prestados à população. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira recomenda ao Governo que promova, especialmente o reforço: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Do número dos profissionais de saúde no concelho; -----

----- Dos serviços da Segurança Social; -----

----- Dos serviços da Autoridade Tributária; -----

----- Dos efetivos e meios da GNR; -----

----- Do aumento da capacidade da rede escolar; -----

----- Dos serviços da AIMA; -----

----- Do apoio ao investimento na habitação pública e nas infraestruturas essenciais; -----

----- Da criação de mecanismos extraordinários de financiamento para municípios com forte crescimento demográfico. -----

-----A Assembleia Municipal entende que o contributo do concelho de Odemira para a economia nacional deve ser acompanhado por um compromisso equivalente à disponibilidade do Estado para responder às necessidades dos serviços locais na resposta aos seus cidadãos, assegurando que todos os residentes tenham acesso a serviços públicos de qualidade. -----

-----“Odemira não pode continuar a crescer em população sem crescer na capacidade dos serviços públicos.” -----

-----Após aprovação, propõe-se que a Assembleia Municipal deva remeter a presente Recomendação: -----

-----Ao Governo; -----

-----À Presidência da Assembleia da República;

-----À CCDR Alentejo; -----

-----À CIMAL; -----

-----À USLA. -----

-----Os/as eleitos/as pela AD na Assembleia Municipal de Odemira. -----

-----Odemira, 30 de junho de 2026” -----

-----Interveio o Senhor Gonçalo Palhinhos, que referiu o seguinte: “Tenho aqui uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

questão bastante rápida para o Executivo. Tendo em conta a aproximação do próximo inverno e os episódios de precipitação intensa registados nos últimos anos, questiono o Executivo Municipal se considera que estão reunidas todas as condições de prevenção e segurança relativamente à Barragem de Santa Clara. -----

----- Que contactos e articulação foram estabelecidos com as entidades competentes para garantir que, caso sejam necessárias descargas excecionais da barragem, existam planos de atuação, informação atempada às populações e medidas de mitigação dos impactos nas zonas potencialmente afetadas?-----

----- Considera que, nos dias de hoje, o concelho está mais preparado para responder a um cenário desta natureza do que estava em anos anteriores?” -----

----- Uma vez que ainda restava tempo de intervenção à Bancada do Partido Socialista, interveio o Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que fez a seguinte intervenção: “Esclarecer muito rapidamente que já existe um Observatório das Imigrações no Concelho de Odemira e depois dizer o seguinte: A recente operação da Polícia Judiciária contra o grupo de extrema-direita radical Movimento Armilar Lusitano — que resultou na detenção de indivíduos indiciados por terrorismo, ódio racial e posse de explosivos e armas tudo isto chocou o país. Mais grave ainda, a comunicação social avançou que este grupo planeava um ataque à residência do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Trata-se de uma ameaça direta ao nosso Estado de Direito que nenhum democrata pode tolerar. -----

----- E o que é que este caso nacional tem a ver com Odemira? -----

----- Infelizmente, tem tudo. Foi com enorme sobressalto e profunda preocupação que a bancada do Partido Socialista tomou conhecimento, através da comunicação social, de que o Senhor Vereador eleito pelo CHEGA, Manuel Matias, tem — ou teve —, alegadamente, ligações ou participação ativa neste mesmo grupo sob investigação antiterrorismo. -----

----- Como órgão fiscalizador, é dever desta Assembleia acompanhar o desenrolar deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

caso. Mas, acima de tudo, pela gravidade extrema dos factos, a bancada do PS considera indispensável que o Senhor Vereador Manuel Matias, aqui presente, aproveite este momento para dar explicações claras a esta casa e apresentar a sua versão dos factos, se também o próprio considerar relevante o fazer, naturalmente. -----

-----A democracia defende-se sem ambiguidades com transparência e com diálogo.” -----

----- Nos termos do número cinco do artigo quarenta e oito, da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, interveio o Senhor Vereador Manuel Matias para o exercício do direito de defesa da sua honra, tendo referido o seguinte: “Não era sobre esta questão, pronto, mas eu vou ser muito direto. Queria pedir a Ata desta reunião para que o senhor que proferiu estas declarações, na Justiça assuma as suas responsabilidades. Eu não tenho nada a ver com esse Movimento Armilar Lusitano. Foi uma notícia que foi divulgada com base em informação falsa e que eu, na hora, apresentei uma queixa na Procuradoria-Geral da República contra os órgãos de comunicação e os jornalistas que a divulgaram. Não me revejo em nenhum movimento, nem de esquerda nem de direita, que atente contra a vida humana. Sou um democrata e não tolero qualquer tipo de insinuação. Sou uma pessoa de bem, não tenho vergonha nem me envergonho de nada o que tenha feito, assumo as minhas responsabilidades e acho indecente aquilo que acabou de acontecer aqui. Não admito que ninguém ponha em causa o meu bom nome com notícias falsas. Não tenho nada a ver com esse movimento. Mais, aquilo que saiu agora da imprensa já é a acusação do Ministério Público e não vem lá nenhuma referência à minha pessoa. Não fui contactado por ninguém, não fui visitado por nenhum órgão de Justiça, nenhum polícia, nem da Judiciária. Eu é que apresentei queixa e aguardo que a Justiça seja feita. -----

-----Que fique claro que Manuel Matias não tem nada a ver com nenhum movimento radical de esquerda ou de direita, que tenha qualquer tipo de ação violenta ou que não expresse as suas ideias de forma democrática. -----

-----E é vergonhoso, vergonhoso que, desde a primeira hora, nós tenhamos defendido que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

há um problema com os imigrantes e agora ver o PS vir com essa preocupação. -----

----- Só para acabar, porque o senhor colocou a questão do Observatório e introduziu o meu nome para justificar essa questão, só por isso é que eu estava aqui a referir essa situação. --

----- Mas que fique muito claro que eu não tenho nada e aguardo que a Justiça seja célere e que condene as pessoas que divulgam notícias falsas, só com o objetivo de denegrir adversários políticos. Não entro nesse jogo, não alimento isso e dou a cara e não vou tolerar minimamente que alguém ponha o meu bom nome em causa com coisas que são completamente contra a minha natureza. Sou uma pessoa pacífica, sou uma pessoa tolerante, não aceito, nem tolero, em nome da democracia, porque, se nós vamos tolerar, estamos a fechar as portas que Abril abriu.”

----- Às questões colocadas interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que: -----

----- - relativamente ao FoodLab na FEITUR, referiu que tinha sido uma iniciativa diferente, que tinha permitido que alguns dos melhores restaurantes estivessem presentes na FEITUR, o que dificilmente aconteceria numa situação normal, tendo em conta o facto de terem os seus próprios espaços com bastante procura. Agradeceu, ainda, aos restaurantes que tinham participado pelo esforço feito para mostrar aos visitantes o melhor que o concelho tinha para oferecer do ponto de vista gastronómico. -----

----- - quanto à taxa turística, referiu que tinha havido essa discussão na FEITUR e que se tratava de um assunto que deveria continuar a ser discutido. Sublinhou que a possibilidade da sua implementação já tinha ficado prevista no âmbito do Regulamento de Taxas, não havendo, contudo, pressa em avançar com essa questão. Considerou importante que houvesse uma discussão séria, clara e devidamente fundamentada sobre o que a implementação da taxa turística poderia representar para todos. -----

----- - relativamente aos postos de carregamento, referiu que o lançamento do procedimento tinha enfrentado algumas dificuldades, nomeadamente na definição da forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

como o concurso poderia ser lançado. Informou que os serviços estavam a tentar ultrapassar essa situação, tendo em conta também exemplos existentes noutros territórios. Sublinhou a importância e urgência deste processo, tendo em conta o aumento do número de pessoas que optam por veículos elétricos e as dificuldades existentes no concelho para o seu carregamento. Referiu, por fim, que esperava que o processo fosse resolvido em breve, de forma a que o procedimento pudesse ser lançado. -----

----- - relativamente às candidaturas para as escolas, informou que tinha sido apresentada, naquela manhã, a candidatura da EB 2,3 de São Teotónio, depois de já ter sido apresentada a da EB 2,3 Damião de Odemira, na sexta-feira anterior, e a da Escola Secundária, anteriormente. Referiu que tinha sido um processo realizado num curto espaço de tempo, tendo sido criada uma equipa e utilizada uma nova metodologia, com um técnico responsável por articular com as diferentes unidades orgânicas e serviços, de forma a garantir a preparação de toda a documentação necessária. -----

-----Informou que as três candidaturas tinham sido apresentadas, num valor total de cerca de 31 milhões de euros, correspondendo aproximadamente a 11 milhões de euros para a Escola Secundária, 9 milhões para a EB 2,3 Damião de Odemira e cerca de 10 milhões para a EB 2,3 de São Teotónio. -----

-----Referiu ainda ser um processo muito complexo, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de encontrar soluções para a instalação dos alunos durante a realização das obras, uma vez que, para que estas possam ser concluídas até dois mil e trinta, será necessário desocupar as escolas, permitindo que as empresas possam executar os trabalhos dentro dos prazos previstos. -----

-----Informou que tinham sido cumpridos todos os rácios previstos no aviso, com exceção das escolas provisórias. Explicou que, neste caso, poderia existir um défice de cerca de três a quatro milhões de euros nas três candidaturas, o que, na sua opinião, representava uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

alteração ao acordo inicialmente estabelecido pelo Governo com as autarquias, no sentido de financiar a cem por cento as obras das escolas.-----

----- Considerou que a abertura de um aviso concorrencial poderia deixar algumas escolas de fora, esperando que nenhuma das escolas do concelho viesse a ser afetada. -----

----- Referiu ainda ter tido conhecimento de que o prazo para apresentação das candidaturas poderia vir a ser prolongado, situação que considerou preocupante, uma vez que as autarquias tinham trabalhado dentro de um prazo definido para conseguir apresentar as candidaturas. Considerou que a alteração do prazo, a meio do processo, poderia prejudicar as autarquias que cumpriram o prazo inicialmente estabelecido, sobretudo tratando-se de um aviso concorrencial. Acrescentou que o prolongamento dos prazos poderia também atrasar a decisão sobre as candidaturas, podendo significar mais um ano até haver informação sobre a sua aprovação. -----

----- - quanto às águas abertas, referiu que tinha sido uma iniciativa bastante interessante, dando os parabéns à Divisão de Desporto pela visão demonstrada na organização e promoção do evento. Destacou também a realização das Brisas do Atlântico, que tinham contado este ano com mais de dois mil participantes e que tinha sido possível concretizar.-----

----- Informou que já tinham sido realizadas conversas com a Câmara Municipal de Ourique no sentido de avaliar a possibilidade de criar um evento semelhante às Brisas, mas com outras modalidades, nomeadamente natação em águas abertas, vela na barragem, trail e BTT, abrangendo algumas das freguesias mais a nascente do território. -----

----- Acrescentou que a intenção seria criar um evento conjunto que permitisse dinamizar aquela zona do território e integrar diferentes modalidades desportivas, mantendo a natação em águas abertas como uma das possibilidades. -----

----- - relativamente à criação de infraestruturas para crianças e jovens, reconheceu que tinha havido algumas dificuldades no mandato anterior, nomeadamente ao nível dos parques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

infantis, tendo algumas infraestruturas sido degradadas, outras suprimidas e não tendo sido possível criar novas. No caso do Bairro 11 de Março e do Jardim Damiano, referiu que os projetos já estavam preparados, encontrando-se a aguardar cabimento para posterior lançamento dos procedimentos e aquisição dos materiais. Relativamente ao parque infantil de São Luís, informou que a execução da obra estava prevista para começar em meados de julho.--

-----Informou que estava prevista a instalação de um Skate Park nos Alagoachos, no parque urbano que se encontrava em obra. Referiu, contudo, que seria necessário repensar a solução a adotar, considerando que existiam outras metodologias que poderiam ser mais adequadas, nomeadamente os Skate Parks enterrados.-----

----- - relativamente ao Pump Track, referiu que não existia ainda nenhum projeto, mas que a questão poderia ser analisada. -----

-----Reconheceu que tinha havido alguma falta de atenção relativamente às infraestruturas destinadas a crianças e jovens, nomeadamente aos parques infantis, considerando que se tinha perdido algum tempo, e afirmou que estavam agora a trabalhar no sentido de recuperar esse atraso.--- -----

----- - relativamente à prevenção de incêndios, informou que o Município tem trabalhado com as Juntas de Freguesia e com a entidade sub-regional na preparação dos instrumentos de planeamento e prevenção. Referiu que, este ano, houve necessidade de elaborar dois documentos, nomeadamente o Plano Operacional Municipal e o Plano Municipal de Execução, apesar de serem documentos com conteúdos semelhantes, devido às alterações que estão a ser introduzidas pelo Governo nesta matéria.-----

-----Informou que, no terreno, já tinham sido realizadas cerca de cinquenta hectares de faixas primárias, com recurso aos serviços municipais e aos sapadores, e que tinham sido desenvolvidos trabalhos de limpeza das bermas das estradas em articulação com as Juntas de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Referiu ainda que tinha sido dada prioridade à intervenção nas zonas abrangidas pelo programa Aldeias Seguras, tendo sido realizada a limpeza das áreas envolventes a essas localidades. -----

----- Informou que, este ano, tinha sido iniciado um projeto com a Polícia Judiciária para a instalação de seis câmaras de videovigilância em zonas florestais consideradas de maior risco de incêndio. Explicou que este sistema permitirá uma identificação mais rápida de eventuais focos de incêndio e que se trata de um projeto que está a ser desenvolvido, de forma experimental, em articulação com a Polícia Judiciária. -----

----- - relativamente às obras em Odemira, informou que estavam atualmente em curso três obras, duas das quais estavam a causar alguns constrangimentos no trânsito. Referiu, em particular, a obra da Incubadora, designada CEDISW – Centro Empresarial de Desenvolvimento e Incubação do Sudoeste, e a obra do Rio do Mestre de Água Salgada, ambas com um investimento de cerca de quatro milhões de euros. -----

----- Relativamente à Avenida Poole da Costa, informou que estava prevista uma reunião com a responsável pelas estradas do Algarve, tendo já sido elaborado o respetivo projeto. Referiu que o projeto seria analisado, nomeadamente para avaliar os constrangimentos que a obra poderá causar ao trânsito, uma vez que caso a Poole da Costa fique condicionada durante a realização dos trabalhos, será necessário encontrar uma alternativa, uma vez que a circulação de veículos pesados pelo centro de Odemira não é possível e a circulação dos restantes veículos poderá agravar os constrangimentos já existentes. -----

----- Referiu ainda que a atual situação junto à ponte já provoca dificuldades na entrada e saída de Odemira, sobretudo nas horas de maior movimento, devido à redução da circulação para uma única via. -----

----- Quanto à possibilidade de se utilizar novamente uma ponte militar como alternativa, informou que essa solução poderá ser equacionada, dependendo da duração das obras e dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

constrangimentos que estas venham a provocar. Acrescentou que esta questão estava a ser acompanhada em articulação com o IP e que, previsivelmente, os trabalhos só deverão avançar no próximo ano.-----

----- - relativamente à recuperação das zonas costeiras, informou que o Município tinha celebrado um contrato-programa com o Ministério do Ambiente, na sequência do levantamento dos danos provocados pelas intempéries na zona costeira. Referiu que os prejuízos tinham sido avaliados em cerca de oito milhões e meio de euros, pelo que os setecentos e cinquenta mil euros previstos no contrato-programa não eram comparáveis com o valor dos prejuízos registados.-----

-----Esclareceu que os setecentos e cinquenta mil euros se destinavam especificamente à reposição e melhoria dos acessos às praias e das respetivas infraestruturas. Referiu que, nas restantes praias, tinha sido possível fazer a reposição dos danos e, em alguns casos, melhorar as condições existentes. -----

-----Relativamente à Zambujeira do Mar, explicou que tinha sido necessário definir prioridades, tendo sido dada prioridade a outras praias, uma vez que a Zambujeira dispunha de outros acessos à praia. Referiu ainda que tinha existido alguma hesitação entre repor o acesso em betão ou em madeira, tendo sido decidido avançar com a reposição em madeira, solução que estava a ser executada. -----

-----Relativamente ao areal, referiu que também tinha existido alguma hesitação quanto à intervenção a realizar, uma vez que não era consensual que coubesse ao Município ou ao Estado substituir de forma artificial o trabalho que deveria ser feito pelo mar. Explicou que a intervenção tinha sido adiada, tendo em conta o risco de as marés mais vivas poderem destruir o trabalho realizado. No entanto, como o mar não tinha feito a reposição de areia em tempo útil para a época balnear, tinha sido decidido avançar com essa intervenção. -----

----- quanto aos dados publicados pelo INE, referiu que, na sua opinião, os mesmos não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

refletiam devidamente a realidade do concelho, considerando que tinham sido calculados com os dados da AIMA. Explicou que, perante os dados anteriormente apresentados pela AIMA, que apontavam para cerca de vinte e três mil migrantes no concelho, os novos dados do INE vinham repor cerca de onze mil habitantes que tinham sido considerados como tendo emigrado, passando a população do concelho para cerca de quarenta e quatro mil habitantes. -----

----- Considerou que a mobilidade da população migrante com morada no concelho, mas que não reside efetivamente no território, poderia estar a influenciar os dados apresentados. Referiu, contudo, que, independentemente desta questão, os novos números reforçavam a necessidade de o Governo olhar para Odemira de forma diferente e encontrar respostas específicas para a realidade do concelho. -----

----- Recordou que o Município já vinha defendendo, há vários anos, a necessidade de soluções específicas para Odemira, tendo em conta o peso da população migrante no território, que anteriormente era estimado em cerca de quarenta por cento e que, com os novos dados, passaria a representar cerca de cinquenta e dois por cento. -----

----- Referiu que, perante esta realidade, não seria importante discutir os números, mas sim garantir uma resposta adequada por parte do Governo. Informou que o Município já tinha enviado uma carta ao Senhor Primeiro-Ministro a solicitar uma audiência, com o objetivo de discutir a situação e encontrar soluções para os desafios que o concelho enfrenta. -----

----- Considerou que a dimensão deste fenómeno não estava devidamente refletida nos modelos existentes e defendeu a criação de um contrato-programa específico entre o Estado e o Município de Odemira, à semelhança do que tinha sido feito noutras áreas, que permitisse encontrar respostas ao nível dos serviços públicos, da habitação e da qualidade de vida. -----

----- Concluiu referindo que o objetivo seria encontrar soluções que permitissem responder a este desafio e garantir uma comunidade equilibrada e com boas condições de vida no território, aguardando agora uma resposta do Senhor Primeiro-Ministro ao pedido de audiência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- - relativamente à bandeira azul da Franquia em Vila Nova de Milfontes, confirmou que tinha sido perdida e explicou que tinham sido realizadas algumas análises à água da praia da Franquia com valores acima do padrão exigido, embora não fossem valores considerados suficientemente elevados para justificar, por si só, a retirada da Bandeira Azul. -----

-----Esclareceu que a perda da Bandeira Azul tinha resultado do número de vezes em que foram registados valores acima dos limites permitidos ao longo dos últimos anos, e não de uma situação pontual ou de um valor extremo. -----

-----Referiu que tinham sido identificados um ou dois pluviais que poderiam estar na origem dos problemas verificados na qualidade da água e que estavam a trabalhar na sua identificação e resolução. -----

----- - quanto ao parque infantil de São Luís, informou que era uma obra para começar a meados do mês de julho.-----

----- - quanto às ruas, informou que não estava prevista verba para esta área no orçamento de dois mil e vinte e seis. Referiu que, durante o ano de dois mil e vinte e seis, o Município iria avaliar, em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia, quais as ruas que ainda necessitam de intervenção. Acrescentou que a intenção seria lançar a empreitada no final do corrente ano, de forma a realizar intervenções mais significativas nas ruas durante os anos de dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito. -----

----- - relativamente aos ecopontos de recolha de roupa, referiu que não era uma questão só do concelho de Odemira, uma vez que atualmente não existe uma solução de tratamento e encaminhamento para a roupa em Portugal. -----

----- Referiu que estavam a ser procuradas soluções a nível nacional, envolvendo o Governo, a Sociedade Ponto Verde e a ERSAR.-----

----- relativamente ao bairro em Colos, informou que tinha surgido um problema com o projeto de eletricidade, uma vez que a instalação existente se encontrava bastante degradada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

situação que não estava prevista inicialmente e que provocou um atraso na obra. -----

----- Esclareceu que o atraso não era da responsabilidade do empreiteiro, estando neste momento a ser articulada com a E-REDES a resolução da questão, de forma a permitir a retoma dos trabalhos. Referiu que a obra já tinha sido adjudicada e que o empreiteiro tinha garantido, que iria realizar a obra. -----

----- - relativamente ao parque da Eira da Lagoa, reconheceu que não tinha sido cumprida a data prevista. Explicou que a conclusão dos projetos de habitação, atrasaram a apresentação da proposta, mas que neste momento, estando concluído o processo da habitação e a questão da educação, iriam retomar os projetos e que a proposta seria apresentada à população de Colos. --

----- - quanto ao campo de futebol do Campo Redondo, informou que a proposta apresentada aos proprietários já tinha sido aceite. Esclareceu que o processo iria avançar através de uma expropriação amigável, estando já acordado entre as partes. -----

----- - quanto ao imóvel “Reparadora” em Odemira, informou ser um projeto que estava em desenvolvimento e que será um espaço dedicado a matérias-primas do saber fazer. Referiu que se tratava de uma candidatura que ainda aguardava a abertura do respetivo aviso, embora já estivesse prevista na estratégia para poder ser candidata ao ITI Redes Urbanas. -----

----- - relativamente à Casa do Arco, informou que o projeto seria candidatado ao Fundo para a Transição Justa em conjunto com a Quinta do Lobato, com o objetivo de criar um laboratório do CEBAL no concelho de Odemira. -----

----- - quanto ao Cerro do Peguinho, informou que a obra tinha sido suspensa e que estavam a ser realizadas avaliações à situação, de forma a perceber se e em que condições poderia ser retomada. -----

----- - relativamente aos parquímetros, informou que tinham sido instalados sensores na Rua Sousa Prado, numa primeira fase, com o objetivo de monitorizar os tempos de estacionamento e perceber os períodos de permanência dos veículos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Esclareceu que, nesta fase, seria apenas feita a monitorização, sendo posteriormente avaliada a possibilidade de instalação de parquímetros. Referiu que o objetivo seria garantir uma maior rotatividade do estacionamento na rua, permitindo o acesso das pessoas ao comércio e evitando que os veículos permanecessem estacionados durante longos períodos. -----

-----Informou ainda que, caso viessem a ser instalados parquímetros, seria necessário discutir o destino das receitas, considerando que estas poderiam reverter para uma associação, uma IPSS local ou outras entidades, em vez de constituírem receita da Câmara Municipal. -----

-----Acrescentou que esta questão teria de ser analisada em conjunto com a Câmara Municipal e a GNR, sendo posteriormente discutidas as condições de estacionamento, os eventuais valores a cobrar e o destino das receitas. Referiu, a título de exemplo, que poderia ser equacionado um período de estacionamento gratuito ou sem pagamento até determinado tempo e que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia seria envolvida nesta discussão. -----

----- - relativamente à limpeza dos caminhos, referiu que era um trabalho que o Município tinha vindo a desenvolver em conjunto com as Juntas de Freguesia. Reconheceu que o trabalho não estava perfeito, referindo que a GNR também notificava e autuava o Município em algumas situações. Acrescentou que estavam a tentar melhorar a limpeza das bermas das estradas e, sempre que possível, dar o exemplo, inclusive em situações em que o próprio IP não o fazia. -- -----

----- - quanto aos caminhos fechados, referiu que tinham surgido cada vez mais situações e que o Município tinha recebido várias queixas sobre este assunto. Recordou que, há alguns anos, esta era uma questão frequentemente abordada na Câmara Municipal, tendo posteriormente deixado de surgir com tanta frequência, mas que atualmente tinha voltado a verificar-se. -----

-----Informou que tinham sido identificadas situações em várias freguesias, nomeadamente em São Luís e Santa Clara, e que o Município tinha procurado intervir sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

que eram apresentadas queixas. Considerou que algumas destas situações estavam relacionadas com proprietários que entendiam que a propriedade privada abrangia também espaços que são públicos, sendo necessário atuar sempre que essa situação era identificada. -----

----- - quanto ao Observatório das Migrações Locais, informou que o Município estava a instalar um Observatório das Migrações Locais, num projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Politécnico de Portalegre. -----

----- - relativamente as infraestruturas escolares em Vila Nova de Milfontes, referiu que tinha sido realizada uma reunião em Vila Nova de Milfontes sobre “a escola que queremos” com associações de pais, professores e diretores de agrupamento, tendo sido um processo de debate e recolha de contributos. Considerou que esta era uma preocupação para os próximos anos, não apenas para os próximos cinco, mas também para os próximos quinze anos, sendo necessário encontrar uma solução adequada. -----

----- Informou que, em setembro, estava prevista a realização de sessões com crianças e jovens, de forma a recolher também os seus contributos, e que o objetivo era ter uma solução definida até ao final do ano, para posteriormente avançar com os respetivos projetos.-----

----- Explicou que a solução a adotar dependeria também do tipo de escola que se pretendesse criar, podendo passar pela construção de um novo edifício, pela melhoria e ampliação das instalações existentes ou por uma solução intermédia, com diferentes necessidades de investimento e que a responsabilidade seria naturalmente do Município. -----

----- - por último, relativamente à Barragem de Santa Clara-a-Velha, referiu que a segurança para o próximo inverno não estava ainda assegurada. Informou que, neste momento, a barragem se encontrava à cota de cerca de cento e vinte e nove metros e que, previsivelmente, poderia chegar ao início do próximo ano hidrológico numa cota próxima dos cento e vinte e sete metros, o que obrigava a uma gestão muito cuidada. -----

----- Referiu que o Município iria abordar esta questão com a Senhora Ministra do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Ambiente, numa reunião que serviria também para discutir o Pacto do Mira e o Pacto da Água. Informou ainda que tinha sido apresentada uma candidatura para a realização de um estudo sobre o caudal ecológico do Rio Mira, bem como para um projeto de monitorização e modelação das linhas de água, incluindo o rio, ribeiras e afluentes, com o objetivo de melhorar o conhecimento e a prevenção de situações de cheia e identificar eventuais obstáculos existentes. -----

-----Alertou para a complexidade que poderia representar a necessidade de descarregar grandes volumes de água da Albufeira de Santa Clara, caso esta atingisse níveis elevados, referindo que a gestão da barragem seria determinante para garantir a segurança de pessoas e bens no próximo inverno. Acrescentou que, com os estudos previstos e com a maior proximidade entre as entidades resultante da assinatura do Pacto da Água, estariam melhor preparados para enfrentar estas situações, manifestando a expectativa de que todas as entidades responsáveis trabalhassem em conjunto nesta matéria. -----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso. -----

----- Atendendo ao avanço do horário e à expectativa de não se concluir a sessão neste dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes uma proposta de alteração à Ordem de Trabalhos, a qual consistia na apreciação e deliberação imediato do Ponto 1 da Ordem do Dia, face à urgência da sua aprovação e caso houvesse tempo retomariam à aprovação dos documentos apresentados no Ponto 5 do Período Antes da Ordem do Dia. - -----

-----A proposta foi aprovada por consenso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto um: 5ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2026: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião:-----

“9 - 5.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2026”-----

Foi presente a informação n.º 4417-2026, datada de 12 de junho de 2026, da Divisão Financeira e de Contratação Pública, a apresentar a 5ª Alteração Orçamental - 2026: 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta os seguintes valores: -----

----- Orçamento da Receita: -----

----- Inscrições/reforços: 922.000,00€ (novecentos e vinte e dois mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 2.000,00€ (2 mil euros). -----

----- Orçamento da Despesa: -----

----- Inscrições/reforços: 1.576.000,00€ (Um milhão quinhentos e setenta e seis mil euros);

----- Diminuições/anulações: 656.000,00€ (Seiscentos e cinquenta e seis mil euros). -----

----- Plano de Atividades Municipal: -----

----- Inscrições/reforços: 1.117.500,00€ (Um milhão cento e dezassete mil e quinhentos euros); - -----

----- Diminuições/anulações: 354.500,00€ (Trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos euros). - -----

----- Plano Plurianual de Investimentos: -----

----- Inscrições/reforços: 461.000,00€ (Quatrocentos e sessenta e um mil euros);

Diminuições/anulações: 304.000,00€ (Trezentos e quatro mil euros). -----

----- Em face do exposto, propõe-se para apreciação e deliberação, bem como, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a remessa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

assunto à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção do eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, quatro votos contra dos eleitos pelo Partido CHEGA, oito abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que em nome dos eleitos pelo Partido CHEGA, apresentou a seguinte declaração de voto verbal: “Relembrando que a bancada do CHEGA votou contra aquando da proposta do orçamento apresentada por este Executivo e, estando o mesmo em funções há apenas oito meses, esta é já a quinta proposta de alteração do orçamento inicial. Portanto, isso só prova que o orçamento não é, de facto, compatível com as necessidades deste concelho.” -----

-----Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que disse o seguinte: “Resta-me agradecer à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago a preocupação, todo o tempo dispensado que teve para organizar este espaço. Agradecer também, a todas as pessoas que vi, que muita gente esteve aqui a apoiar.” -----

-----Esgotando-se o prazo horário estabelecido nos números quatro e cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, sem que estivessem deliberados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

todos os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que será a presente sessão ordinária prolongada para uma segunda reunião, nos termos do artigo quadragésimo sexto, conjugado com o artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se realizará no dia sete de julho, conforme constava na respetiva convocatória, onde será dada continuidade ao tratamento dos assuntos agendados no Ponto 4 do Período Antes da ordem do Dia, bem como dos assuntos agendados no Período da Ordem do Dia, ou seja, do ponto número dois ao ponto sete.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quatro votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião eram zero horas e trinta e quatro minutos do dia um de julho do corrente ano. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----



-66-

30-06-2026

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----